

**ARTERIS S.A.**

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67

NIRE 35.300.322.746

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Prezados Acionistas,

Este documento tem por objetivo apresentar a V.S.as as matérias acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”) a se realizar no dia 08 de abril de 2015 às 11:00 horas. A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“Assembleia”) será realizada na Av. Juscelino Kubitschek, 1455, Vila Nova Conceição, em São Paulo, Estado de São Paulo.

A seguir a Companhia apresenta a proposta da Administração para a Assembleia, de acordo com as matérias objeto de deliberação, elencadas a seguir.

***Deliberação em Assembleia Geral Ordinária***

- i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- ii. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e aprovação do orçamento de capital para o ano de 2015;
- iii. Eleger os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia;

*Deliberação em Assembleia Geral Extraordinária*

- i. Fixar a remuneração global dos administradores;
- ii. Caso aprovada a proposta da Administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, deliberar sobre a capitalização de parte da reserva de lucros que exceder o valor do capital social, nos termos do artigo 199, da Lei 6.404/76
- iii. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia.

Os documentos indicados nos artigos 9º, 10, 11 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, encontram-se anexos à presente proposta.

São Paulo, 06 de março de 2015.

**José Carlos Ferreira de Oliveira Filho**  
Presidente do Conselho de Administração

## Proposta da Administração – AGOE – 08/04/2015

A seguir a Companhia apresenta os anexos à proposta que irão servir de apoio para as deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Páginas

### *Assembleia Geral Ordinária*

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia Item 10 do Formulário de Referência.....	04
Proposta de Destinação do Lucro Líquido e Aumento de Capital Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº481/09.....	57
Proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2015.....	60
Proposta de Eleição dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.....	61

### *Assembleia Geral Extraordinária*

Proposta de Remuneração dos Administradores Item 13 do Formulário de Referência.....	70
Proposta de Alterações no Estatuto Social da Companhia .....	84

## 10.1 Comentários dos diretores sobre:

### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital, patamar adequado de alavancagem e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócios. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 983,8 milhões, o patrimônio líquido de R\$ 2,1 bilhões, a posição de caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata de R\$ 1,4 bilhão e ativo total de R\$ 9,6 bilhões. Em relação às obrigações, ao final de 2014, o passivo circulante e não circulante era respectivamente de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 5,7 bilhões, de forma que os principais indicadores de liquidez e endividamento em relação aos últimos três exercícios são os seguintes:

Indicador	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
<b>Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata (R\$ milhares)</b>	681.437	929.911	1.410.451
<b>Patrimônio Líquido (R\$ milhares)</b>	1.607.084	1.879.573	2.128.777
<b>Liquidez Corrente</b> (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,9	1,3	1,0
<b>Liquidez Imediata</b> (Caixa e equivalentes / Passivo Circulante)	0,7	1,0	0,8
<b>Liquidez Geral</b> (Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,4	1,3	1,3
<b>Endividamento</b> (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado <sup>1</sup> – Ônus Fixo dos últimos 12 meses)	1,9	2,3	3,1

<sup>1</sup> **EBITDA Ajustado:** EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional.

A Arteris conta ainda com uma linha de crédito de longo prazo aprovada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual em 31 de dezembro de 2014 registrava um saldo a utilizar de R\$ 532 milhões, montante concedido para o financiamento dos programas de investimento das concessões federais da Companhia.

Neste sentido, a diretoria entende que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para cumprir o cronograma de obras estabelecido pelos contratos de concessão, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

### b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 2,1 bilhões e a dívida líquida (soma das obrigações de curto e longo prazo deduzidas das disponibilidades e aplicações financeiras) perfazia o montante de R\$ 4,4 bilhões. A diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado. Em relação aos últimos três exercícios, estes indicadores eram os seguintes:

Indicador	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
<b>Patrimônio Líquido (R\$ milhares)</b>	1.607.084	1.879.573	2.128.777
<b>Dívida Líquida (R\$ milhares)</b>	2.420.340	3.083.830	4.382.817
<b>Dívida Líquida / Patrimônio Líquido</b>	1,5	1,6	2,1
<b>Dívida Bruta / Capitalização total (Patrimônio Líquido + dívida bruta)</b>	66,8%	68,7%	74,0%

Conforme já mencionado, para o plano de investimentos da Arteris em suas rodovias, concentrado principalmente em suas concessionárias federais, a Companhia utiliza majoritariamente capital de terceiros, que varia entre 65 a 70% do total investido nestas concessionárias, através das linhas de longo prazo do BNDES.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas em lei.

*c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Este indicador é composto pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações, sendo ajustado pela reversão da provisão para manutenção de rodovias. A geração de caixa mensurada por este indicador e auferida pela Companhia nos últimos três exercícios, somada à sua posição de caixa e equivalentes com liquidez imediata, foram mais que suficientes para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos, e para manter um nível de alavancagem adequado para as obrigações de longo prazo.

Indicador	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2014
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup> (R\$ milhares)</b>	1.314.375	1.428.798	1.502.683
<b>Passivo Circulante</b>	1.045.667	900.491	1.765.462

<sup>1</sup> **EBITDA Ajustado:** EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias.

Uma vez que as projeções para a receita da Companhia apontam para patamares crescentes e sustentáveis (com a evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais) ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado pelo financiamento garantido pelo BNDES e por recursos captados no mercado através da emissão de debêntures, a diretoria acredita que a Companhia possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes.

*d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas*

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do país para complementar sua necessidade de caixa. Essas captações realizadas no mercado de capitais ou empréstimos são, geralmente, indexadas à variação do CDI ou do IPCA mais *spread*.

Com relação ao financiamento dos investimentos em ativos não circulantes, a Companhia conta prioritariamente com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**Fontes de Financiamento**

<b>Endividamento Bruto (R\$ milhares)</b>	<b>31.12.2012</b>	<b>31.12.2013</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>BNDES</b>	1.977.673	2.289.224	2.895.134
<b>Debêntures</b>	1.256.232	1.831.379	3.136.843
<b>Outros</b>	5.801	4.124	20.528
<b>Total</b>	<b>3.239.706</b>	<b>4.124.728</b>	<b>6.052.505</b>
<b>Disponibilidades (Caixa e equivalentes + aplicações financeiras vinculadas)</b>	<b>814.312</b>	<b>1.040.898</b>	<b>1.669.688</b>

*e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

A diretoria da Companhia pretende manter a estratégia de captação de financiamentos de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros agentes de fomento, privilegiando a contratação de linhas de financiamento em moeda nacional de forma a evitar exposição a riscos de câmbio. Além destes, a Companhia também pretende utilizar o mercado de capitais como fonte de financiamento por meio de emissões de valores mobiliários.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

### Empréstimos e Financiamentos

Em milhares de Reais	<u>Encargos Anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<b>Passivo Circulante</b>				
Financiamento para Investimentos (BNDES)	TJLP + 2,3% a.a. a 5,3% a.a.	187.180	136.566	99.538
Financiamento para Equipamentos (FINAME)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	3.406	3.942	6.976
Capital de Giro (Construtoras)	112,5% CDI	6.007	-	-
Financiamento de Veículos	16,63% a.a. pré-fixada	889	42	72
Leasing	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	1.383	2439	2.559
		<b>198.865</b>	<b>142.989</b>	<b>109.145</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Financiamento para Investimentos (BNDES)	TJLP + 2,3% a.a. a 5,3% a.a.	2.703.497	2.144.270	1.863.608
Financiamento para Equipamentos (FINAME)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	957	3.374	7.551
Financiamento de Veículos	16,63 a.a. pré fixada	2.318	-	42
Leasing	CDI + 1,23% a.a. a 3,7% a.a.	170	1.346	3.128
Capital de Giro (Construtoras)	112,5% CDI	9.855		
		<b>2.716.797</b>	<b>2.148.990</b>	<b>1.874.329</b>
<b>Total</b>		<b>2.915.662</b>	<b>2.291.979</b>	<b>1.983.474</b>

A seguir, cronograma de pagamento das parcelas relativas ao saldo de longo prazo dos empréstimos e financiamentos:

<b>Ano de Vencimento</b>	<b>Valores</b> (milhares de Reais)
2016	214.740
2017	240.919
2018	252.393
2019	638.818
Após 2020	1.369.927
<b>Total</b>	<b>2.716.797</b>

## Debêntures

Em milhares de Reais

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas Contratuais	Vencimentos	<b>Controladora</b>		<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (d)	20.000	CDI + 1,40% a.a.	Jul /2015	230.372	-	-	205.022	-	-
2ª emissão (i)	<u>30.000</u>	CDI+1,28% a.a.	Out/2017	-	309.154	-	-	-	-
Custo de transação				=	=	=	=	=	=
	<u>50.000</u>			<u>230.372</u>	<u>309.154</u>	=	<u>205.022</u>	=	=

Em milhares de Reais

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas Contratuais	Vencimentos	<b>Consolidado</b>		<b>31.12.2013</b>		<b>31.12.2012</b>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
<b>Arteris</b>					-			-	-
1ª emissão (d)	20.000	CDI + 1,40% a.a.	Jul /2015	230.372	-	-	205.022	-	-
2ª emissão (i)	<u>30.000</u>	CDI+1,28% a.a.	Out/2017	-	309.154	-	-	-	-
Custo de transação				=	=	=	=	=	=
	<u>50.000</u>		<u>230.372</u>	<u>309.154</u>	=	<u>205.022</u>	=	=	=
<b>Autovias:</b>									
1ª série (a)	285.000	CDI + 1,6% a.a.	Mar./2015	-	-	-	-	67.500	83.836
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	63.524	104.984	9.461	148.675	8.802	140.475
2ª emissão (b)	1.000	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	-	-	-	-	24.145	47.062
3ª emissão (c)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	Ago./2017	<u>108.912</u>	<u>204.000</u>	<u>726</u>	<u>300.000</u>	=	=
	<u>436.000</u>	-		<u>172.436</u>	<u>308.984</u>	<u>10.187</u>	<u>448.675</u>	<u>100.447</u>	<u>271.373</u>
Custo de transação				(619)	(477)	(760)	(1.096)	(715)	(796)
				<u>171.817</u>	<u>308.507</u>	<u>9.427</u>	<u>447.579</u>	<u>100.612</u>	<u>352.966</u>
<b>Centrovias:</b>									
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	-	-	67.690	16.847	67.773	84.168
2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	62.890	105.618	9.460	148.676	8.802	140.475
2ª emissão (f)	40.000	CDI+1,7% a.a.	Jun/18	115.379	285.760	-	-	-	-
	<u>446.131</u>			<u>178.269</u>	<u>391.378</u>	<u>77.150</u>	<u>165.523</u>	<u>76.575</u>	<u>224.643</u>
Custo de transação				(896)	(899)	(412)	(294)	(598)	(693)



177.373      390.479      76.738      165.299      75.977      223.950

**Intervias:**

1ª série (a)	307.947	CDI + 1,5% a.a.	Mar./2015	-	-	-	-	72.928	90.586
2ª série (b)	3.000	CDI + 1,7% a.a.	Nov./2015	-	-	-	-	72.437	141.186
3ª emissão (c)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	Set./2018	19.128	600.000	16.234	600.00	-	-
4ª emissão - 1ª série (g)	150.000	CDI+ 1,10% a.a.	Out/19	3.811	150.000	-	-	-	-
4ª emissão - 2ª série (g)	225.000	IPCA + 5,96% a.a.	Out/19	5.546	225.000	-	-	-	-
	<u>745.947</u>			<u>28.485</u>	<u>975.000</u>	<u>16.234</u>	<u>600.000</u>	<u>145.365</u>	<u>231.772</u>

Custo de transação				(1.424)	(3.698)	(756)	(2.129)	(779)	(510)
				<u>27.061</u>	<u>971.302</u>	<u>15.478</u>	<u>597.871</u>	<u>144.586</u>	<u>231.262</u>

**Vianorte:**

1ª série (a)	153.776	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2014	-	-	36.379	9.054	36.618	45.235
2ª série (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	52.408	88.015	7.880	123.834	7.140	117.063
2ª emissão (b)	150.000	CDI + 086% a.a.	Mar/2017	64.892	90.000	-	-	-	-
	<u>403.776</u>			<u>117.300</u>	<u>178.015</u>	<u>44.259</u>	<u>132.888</u>	<u>43.758</u>	<u>162.298</u>

Custo de transação				(426)	(252)	(300)	(250)	(412)	(550)
				<u>116.874</u>	<u>177.763</u>	<u>43.959</u>	<u>132.638</u>	<u>43.346</u>	<u>161.748</u>

**Planalto Sul:**

1ª emissão (e)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	<u>16.011</u>	≡	≡	<u>14.250</u>	-	-
	1.390			≡	≡	≡	<u>14.250</u>	≡	≡

Custo de transação				(12)	(167)	≡	(13)	-	-
				<u>15.999</u>	<u>(167)</u>	≡	<u>14.237</u>	≡	≡

**Fluminense:**

1ª emissão (e)	2.250	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	<u>25.917</u>	≡	≡	<u>23.065</u>	≡	≡
	2.250			<u>25.917</u>	≡	≡	<u>23.065</u>	≡	≡

Custo de transação				(17)	≡	(31)	(15)	-	-
				<u>25.900</u>	≡	<u>(31)</u>	<u>23.050</u>	≡	≡

**Fernão Dias:**

1ª emissão (e)	3.370	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	38.818	-	-	34.546	-	-
2ª emissão	10.000	CDI + 1,15 a.a.	Jun/2016	-	100.530	-	-	-	-
	13.370			<u>38.818</u>	<u>100.530</u>	≡	<u>34.546</u>	≡	≡

Custo de transação				<u>(251)</u>	<u>(109)</u>	=	<u>(32)</u>	=	=
				<u>38.567</u>	<u>100.421</u>	=	<u>34.514</u>	=	=
<b>Régis Bittencourt:</b>									
1ª emissão (e)	3.940	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	<u>45.383</u>	=	=	<u>40.389</u>	-	-
	3.940			<u>45.383</u>	=	=	<u>40.389</u>	=	=
Custo de transação				=	=	=	=	=	=
				<u>45.383</u>	=	=	<u>40.389</u>	=	=
<b>Litoral Sul:</b>									
1ª emissão (e)	2.610	CDI + 1,4% a.a.	Jul./2015	<u>30.064</u>	=	=	<u>26.756</u>	-	-
	2.610			<u>30.064</u>	=	=	<u>26.756</u>	=	=
Custo de transação				<u>(25)</u>	=	<u>(58)</u>	<u>(29)</u>	=	=
				<u>30.039</u>	=	<u>(58)</u>	<u>(26.727)</u>	=	=
<b>Total</b>				<b><u>879.384</u></b>	<b><u>2.257.459</u></b>	<b><u>145.493</u></b>	<b><u>1.687.256</u></b>	<b><u>363.641</u></b>	<b><u>887.537</u></b>

(a) 1ª emissão de debêntures 1ª e 2ª Série das estaduais de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário de mil reais cada uma.

(b) 2ª emissão de debêntures em série única da Vianorte de 20 de março de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

(c) 3ª emissão de debêntures em série única da concessionária Intervias emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor nominal unitário dez mil reais, e a 3ª emissão de debêntures em série única da Autovias emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

(d) 1ª emissão de debêntures em série única da Controladora emitida em 04 de outubro de 2013 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

(e) 1ª emissão de debêntures das concessionárias federais em série única emitidas em 04 de outubro de 2013 com valor nominal e unitário de dez mil reais cada uma.

(f) 2ª emissão de debêntures da Centrovias em série única emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

(g) 4ª emissão de debêntures da Intervias em duas séries com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais.

(h) 2ª emissão de debêntures da Fernão Dias em série única emitida em 15 de dezembro 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

(i) 2ª emissão da Controladora emitida em 01 de outubro de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

A seguir, cronograma de pagamento das parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões:

<b>Ano de Vencimento</b>	<b>Valores</b> (milhares de Reais)
2016	631.041
2017	1.041.456
2018	310.370
2019	274.592
<b>Total</b>	<b>2.257.459</b>

*ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

As relações de longo prazo com instituições financeiras estão descritas no item anterior.

*iii) grau de subordinação entre as dívidas*

Não há grau de subordinação entre as dívidas contraídas, dispondo todas da mesma prioridade para pagamento.

*iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Os contratos financeiros celebrados pela Companhia e pelas concessionárias controladas contêm as seguintes restrições para a **Arteris (holding)**:

*Empréstimos BNDES:* Os empréstimos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para as concessões federais não possuem cláusulas restritivas à Companhia em relação à reorganização societária, alienação de ativos e distribuição de dividendos. Porém possuem restrições em relação à alteração de controle da Companhia.

*Debêntures:* As debêntures emitidas pela Companhia e por suas controladas não possuem cláusulas restritivas à Companhia em relação à alienação de ativos e distribuição de dividendos. Porém possuem restrições em relação à alteração de controle da Companhia e reorganização societária.

Os contratos firmados com o BNDES para as concessões federais estabelecem cláusulas restritivas (*covenants*) com limites financeiros para estas concessionárias, que devem apresentar tanto índices de cobertura da dívida quanto sua relação Patrimônio Líquido/Passivo Total, conforme estabelecido na assinatura dos contratos.

As escrituras de emissão das debêntures nas concessões estaduais estabelecem cláusulas restritivas (*covenants*) com limites financeiros para estas concessionárias, que devem apresentar tanto índices de alavancagem quanto índices de cobertura estabelecidos quando da assinatura dos contratos.

As escrituras de emissão das debêntures da Companhia e das concessões federais estabelecem cláusulas restritivas (*covenants*) com limites financeiros em relação a indicadores financeiros consolidados da Companhia, a saber, índices de alavancagem e; particularmente na 2ª emissão de debêntures da Companhia, índice de cobertura de dividendos recebidos da Autovias, Centrovias e Vianorte, conforme estabelecido quando da assinatura dos contratos.

A seguir detalhamento dos índices supracitados:

BNDES (Concessionárias Federais)

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) superior ou igual a 1,3

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
( + ) EBITDA	( + ) Amortização do principal	( + ) Lucro líquido
( - ) Imposto de renda	( + ) Pagamentos de juros	( + ) Despesa/receita financeira líquida
( - ) Contribuição social		( + ) Depreciações e amortizações
		( + ) Provisão p/ imp. de renda e contribuição social
		( + ) Outras desp./receitas líq. não operacionais

- Patrimônio Líquido / Passivo Total  $\geq$  20%

Na tabela a seguir, são apresentados os índices referentes aos contratos de financiamento entre as concessionárias federais controladas pela Companhia e o BNDES em 31 de Dezembro de 2014.:

BNDES (ICSD  $\geq$  1,3 e PL/Passivo  $\geq$ 20%)

Índices	ICSD	PL/Passivo
Régis Bittencourt	1,53	29,25%
Planalto Sul	1,34	28,11%
Fernão Dias	1,50	19,49% <sup>(1)</sup>
Litoral Sul	1,67	23,52%
Fluminense	1,23 <sup>(2)</sup>	22,79%

(1) Em 15 de dezembro de 2015 a Autopista Fernão, realizou sua segunda emissão de debêntures, no total de R\$ 100 milhões, o que ocasionou uma ligeira redução da relação PL/Passivo, abaixo do índice estabelecido pelo BNDES como *covenant* desta controlada. Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aporte de capital nesta controlada que reestabeleceu o referido índice mínimo exigido.

(2) Em janeiro de 2015, em cumprimento à decisão liminar concedida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes (RJ), foi suspensa por 29 dias a cobrança de pedágio nas Praças P1 e P2. Essa decisão arbitrária ocasionou uma redução excecional no tráfego da concessionária, impactando índice de cobertura (*covenant*) exigido pelo contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual foi cumprido integralmente em suas determinações. Com o reestabelecimento da cobrança de pedágio o índice em referencia foi reestabelecido.

### **Debêntures (Concessionárias Estaduais)**

Dívida Líquida / (EBITDA – Direito de Outorga Fixo Pago)  $\leq$  3,50

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)  $\geq$  1,20

Onde:

- i. considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da emissora menos disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da emissora, considerar-se-ão como dívida. (Não serão considerados como dívidas os passivos relacionados a credores pela concessão);
- ii. considera-se como “EBITDA”, o lucro (Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); (ii) despesas financeiras; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;
- iii. considera-se “Direito de Outorga Fixo Pago”, a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo (aplicável apenas para as concessões estaduais), conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da emissora; e
- iv. considera-se como “ICSD”, o resultado da seguinte equação:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}}{\text{Dívida de Curto Prazo}}$$

Onde:

- i. “Disponibilidades” significam os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante;
- ii. “FCAO” significa o fluxo de caixa das atividades operacionais, conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da emissora dos últimos 12 (doze) meses; e
- iii. “Dívida de Curto Prazo” significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da emissora, classificadas no passivo circulante da emissora. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da emissora, considerar-se-ão como dívida de curto prazo as obrigações vincendas nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração do índice de cobertura do serviço da dívida. (Não serão considerados como dívidas os passivos relacionados a credores pela concessão).

Conforme as tabela a seguir as concessionárias estaduais, em 31 de Dezembro de 2014, estão adimplentes com os *covenants* estabelecidos nas escrituras de emissão de debêntures.

Debêntures (ICSD  $\geq 1,2$  e Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 3,5x$ )

Índices	ICSD	Div. Líquida/EBITDA
Autovias	1,78	1,56
Centrovias	2,71	1,27
Intervias	31,72	1,41
Vianorte	3,33	0,60

### **Debêntures (Concessionárias Federais)**

Dívida Líquida / (EBITDA – Direito de Outorga Fixo Pago)\*  $\leq 3,75$  (índice consolidado da Companhia — holding + controladas)

\* As definições de Dívida Líquida; EBITDA e Direito de Outorga Fixo Pago são as mesmas conforme descritas anteriormente nesta seção em relação às debêntures da concessionárias estaduais

Conforme as tabela a seguir as concessionárias federais, em 31 de Dezembro de 2014, estão adimplentes com os *covenants* estabelecidos nas escrituras de emissão de debêntures.

Índices	Div. Líquida/EBITDA (índice consolidado — holding + controladas)
Arteris (Consolidado)	3,06

### **Debêntures (Controladora)**

Dívida Líquida / (EBITDA – Direito de Outorga Fixo Pago)\*  $\leq 3,75$  (índice consolidado da Companhia — holding + controladas) e índice de cobertura de dividendos (Autovias, Centrovias e Vianorte)  $\geq 2,10$

\* As definições de Dívida Líquida; EBITDA e Direito de Outorga Fixo Pago são as mesmas conforme descritas anteriormente nesta seção em relação às debêntures da concessionárias estaduais

Conforme as tabela a seguir a Companhia, em 31 de Dezembro de 2014, está adimplente com os *covenants* estabelecidos nas escrituras de emissão de debêntures.

Índice	Div. Líquida/EBITDA (índice consolidado — holding + controladas)
Arteris	3,06

Índice de cobertura de dividendos (Autovias, Centrovias e Vianorte)  $\geq 2,10$ , onde:

Dividendos Recebidos/Serviço da Dívida das Debêntures

- i. consideram-se como “Dividendos Recebidos” o fluxo de dividendos e juros sobre capital próprio de titularidade da Emissora, decorrente de sua participação em cada uma das Controladas, que tenham sido efetivamente distribuídos nos últimos 12 (doze) meses; e
- ii. considera-se como “Serviço da Dívida das Debêntures” o valor pago pela Emissora a título de Remuneração das Debêntures e amortização do Valor Nominal Unitário nos últimos 12 (doze) meses;

Índice	Índice de Cobertura de Dividendos
Arteris	N/D*

\* Não disponível uma vez que não houve distribuição de dividendos após a emissão destas debêntures. Este índice começara a ser apurado à partir de 1º de abril de 2015.

g) *limites de utilização dos financiamentos já contratados*

As concessionárias federais controladas Companhia tem cinco linhas de crédito contratadas com o BNDES para financiar o programa de investimentos em recuperação e melhorias da infraestrutura rodoviária.

**Posição em 31 de dezembro de 2014**

Em milhares de Reais	<u>Contratado</u>	<u>Tomado</u>	<u>% Utilizado</u>	<u>Disponível</u>
Autopista Régis Bittencourt	1.069.495	935.563	87,5%	133.932
Autopista Planalto Sul	331.344	328.781	99,2%	2.563
Autopista Fernão Dias	702.754	702.754	100,0%	-
Autopista Litoral Sul	810.137	540.520	66,7%	269.617
Autopista Fluminense	780.819	654.799	83,9%	126.020
<b>Total</b>	<b>3.694.549</b>	<b>3.162.417</b>	<b>85,6%</b>	<b>532.132</b>

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

**Balancos patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

<u>ATIVO</u>	31/12/14	A.V %	31/12/13	A.V %	2014X2013
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.410.451	14,7%	929.911	12,6%	51,7%
Contas a receber	154.062	1,6%	126.709	1,7%	21,6%
Estoques	9.950	0,1%	7.662	0,1%	29,9%
Despesas antecipadas	15.358	0,2%	10.411	0,1%	47,5%
Impostos a recuperar	47.482	0,5%	33.691	0,5%	40,9%
Aplicações financeiras vinculadas	174.377	1,8%	47.383	0,6%	268,0%
Outros créditos	6.806	0,1%	5.691	0,1%	19,6%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.818.486</b>	<b>18,9%</b>	<b>1.161.458</b>	<b>15,8%</b>	<b>56,6%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	84.860	0,9%	63.604	0,9%	33,4%
Cauções contratuais	68	0,0%	331	0,0%	-79,5%
Despesas antecipadas	3	0,0%	22	0,0%	-86,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	183.906	1,9%	172.108	2,3%	6,9%
Depósitos judiciais	54.103	0,6%	20.372	0,3%	165,6%
Outras contas a receber	235	0,0%	217	0,0%	8,3%
Investimentos	1.052	0,0%	1.053	0,0%	-0,1%
Imobilizado	61.486	0,6%	46.377	0,6%	32,6%
Intangível	7.395.629	77,0%	5.903.469	80,1%	25,3%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>7.781.342</b>	<b>81,1%</b>	<b>6.207.553</b>	<b>84,2%</b>	<b>25,4%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.599.828</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.369.011</b>	<b>100,0%</b>	<b>30,3%</b>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	198.865	2,1%	142.989	1,9%	39,1%
Debêntures	879.384	9,2%	145.493	2,0%	504,4%
Fornecedores	142.868	1,5%	122.115	1,7%	17,0%
Obrigações sociais	76.815	0,8%	79.899	1,1%	-3,9%
Obrigações fiscais	72.748	0,8%	82.679	1,1%	-12,0%
Contar a pagar - partes relacionadas	152	0,0%	154	0,0%	-1,3%
Cauções contratuais	61.764	0,6%	44.847	0,6%	37,7%
Dividendos propostos	27.028	0,3%	22.183	0,3%	21,8%
Credores pela concessão	74.452	0,8%	70.299	1,0%	5,9%
Provisão para manutenção em rodovias	95.258	1,0%	71.043	1,0%	34,1%
Provisão para investimentos em rodovias	98.280	1,0%	68.489	0,9%	43,5%
Adiantamento seguros	18.347	0,2%	40.152	0,5%	-54,3%
Outras contas a pagar	11.855	0,1%	10.149	0,1%	16,8%
<b>Total do circulante</b>	<b>1.757.816</b>	<b>18,3%</b>	<b>900.491</b>	<b>12,2%</b>	<b>95,2%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.716.797	28,3%	2.148.990	29,2%	26,4%
Debêntures	2.257.459	23,5%	1.687.256	22,9%	33,8%
Credores pela concessão	163.048	1,7%	216.540	2,9%	-24,7%
Receita diferida	461	0,0%	427	0,0%	8,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	90.294	0,9%	76.326	1,0%	18,3%
Provisão para manutenção em rodovias	443.244	4,6%	401.395	5,4%	10,4%
Provisão para investimentos em rodovias	26.120	0,3%	43.151	0,6%	-39,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	15.198	0,2%	11.787	0,2%	28,9%
Outras contas a pagar	614	0,0%	3.075	0,0%	-80,0%
<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>5.713.235</b>	<b>59,5%</b>	<b>4.588.947</b>	<b>62,3%</b>	<b>24,5%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	873.822	9,1%	772.417	10,5%	13,1%
Reserva legal	124.268	1,3%	80.076	1,1%	55,2%
Reserva de lucros	1.152.958	12,0%	1.049.351	14,2%	9,9%
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	-0,2%	(22.271)	-0,3%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.128.777</b>	<b>22,2%</b>	<b>1.879.573</b>	<b>25,5%</b>	<b>13,3%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.599.828</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.369.011</b>	<b>100,0%</b>	<b>30,3%</b>



## Ativo Circulante

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Ao final de 2014, o total do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 1.410,5 milhões representando um crescimento de 51,7% ou R\$ 480,5 milhões frente ao registrado em 2013, que havia sido R\$ 929,9 milhões. Este aumento ocorreu mesmo depois dos desembolsos realizados ao longo do exercício, referentes à amortização de parcelas de debêntures nas concessões estaduais, amortizações de valores relacionados aos financiamentos do BNDES e dos investimentos na infraestrutura e manutenção de todas as rodovias do grupo. O aumento na posição de caixa está relacionado principalmente às novas emissões de dívidas no montante aproximado de R\$ 1,3 bilhão ao longo do ano de 2014 e a geração de caixa das operações. As emissões consistiram na captação de:

- R\$ 300 milhões de debêntures na *holding* no mês de outubro.
- Emissões de debêntures nas concessionárias estaduais, sendo R\$ 400 milhões na Centrovias S.A. e R\$ 150 milhões na Vianorte S.A, ambas no mês de março e R\$ 375 milhões na Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias) no mês de outubro.
- Debêntures nas concessões federais com a uma emissão no mês de dezembro na Concessionária Fernão Dias S.A. no valor de R\$ 100 milhões.

Os recursos financeiros da Companhia estão aplicados junto a instituições financeiras de primeira linha em Certificados de Depósito Bancários (CDB) e Fundos de Investimentos com liquidez imediata e baixo risco, atrelados aos juros de mercado (CDI).

### *Contas a receber*

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber era de R\$ 154,1 milhões, aumento de 21,6% em relação ao ano de 2013. O principal aumento adveio de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), que tiveram aumento em linha com a expansão do tráfego durante os períodos. Vale ressaltar que a média de vencimento dos valores nessa rubrica era de até 30 dias e durante o período não houve saldos em atraso, sendo assim a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014.

### *Aplicações financeiras vinculadas*

O saldo das aplicações financeiras vinculadas registrado ao final de 2014 foi de R\$ 174,4 milhões, o que representou um crescimento de 268% em relação ao saldo de 2013, que havia sido de R\$ 47,4 milhões. Estes valores se referem às reservas para o pagamento de juros e amortização do principal das debêntures. Na prática, as concessionárias controladas retém diariamente parte dos seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela do principal das debêntures. Os recursos são mantidos em fundo de investimento constituído com finalidade específica para estas operações. A variação nessa rubrica está associada a maiores reservas necessárias ao cumprimento do serviço da dívida a ser paga em 2015 (que aumentou neste último exercício) e está em linha com cronograma de amortização.

## **Ativo Não Circulante**

### *Aplicações financeiras vinculadas*

Trata-se do montante constituído com o objetivo de garantir o pagamento de juros e principal dos empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES para as concessionárias federais. Os recursos, equivalentes a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento, são mantidos em fundo de investimento constituído com finalidade específica para estas operações. Estas reservas passaram de R\$ 63,6 milhões em 2013 para R\$ 84,9 milhões em 2014, aumento relacionado a um maior saldo de empréstimos devido ao BNDES, mesmo após as amortizações realizadas pela Companhia a este banco de fomento ao longo do último exercício.

### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Esta rubrica passou de R\$ 172,1 milhões ao final de 2013, para R\$ 183,9 milhões no exercício de 2014, variação de 6,9%, referente a constituição de imposto diferido de despesas pré-operacionais das Federais em 2008 e movimentações das provisões referente ao IFRIC 12 e devido no aumento da base de prejuízo fiscal nas concessionárias Federais.

### *Depósitos Judiciais*

O saldo da conta de depósitos judiciais registrou um aumento de 165,6%, passando de R\$ 20,4 milhões em 2013 para R\$ 54,1 milhões em 2014. Vale lembrar que essa rubrica é referente a discussões judiciais para as quais não há provisão garantida, em função de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Em maio de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal ações em face da ANTT, no valor de R\$ 23.308 milhões, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela Agência. Na opinião de consultores legais tais autos apresentaram fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

### *Imobilizado*

Registrou aumento R\$ 15,1 milhões em relação a 2013, totalizando R\$ 61,5 milhões. A variação advém de adições de ativos permanentes, tais como máquinas e equipamentos, veículos, móveis utensílios e instalações, realizadas pela Companhia ao longo do ano.

### *Intangível*

Desde o advento do IFRS (que trouxe novas regras contábeis) os investimentos realizados na ampliação e adição de infraestrutura nos ativos sob concessão, são contabilizados como adições no intangível do balanço patrimonial da Companhia. A Arteris, principalmente após a adição das rodovias federais ao seu portfólio (fruto da vitória da Companhia nos leilões destes ativos no ano de 2007), vem investindo anualmente montantes relevantes em obras de melhorias para estas estradas em

cumprimento aos compromissos contratuais assumidos. Em 2014 a Companhia atingiu nível recorde de investimentos totalizando mais de R\$ 1,8 bilhão em suas concessionárias, valor quase na totalidade registrado como intangível, que subtraído das amortizações periódicas constitui o saldo final desta rubrica, que foi de R\$ 7,4 bilhões no último exercício. Como os investimentos têm se mantido em um ritmo acelerado (muito maior que as amortizações) a variação no saldo do intangível, no valor de R\$ 1,5 bilhão, representou um aumento de 25,3% em relação ao exercício anterior.

## **Passivo Circulante**

### *Empréstimos e Financiamentos*

Em 31 de dezembro de 2014, o total de empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia era de R\$ 198,9 milhões, com aumento de 39,1% em relação ao registrado no mesmo período de 2013. A variação entre os períodos está relacionada a contratos de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

### *Debêntures*

O saldo dessa linha teve um aumento de R\$ 733,9 milhões no ano de 2014, mesmo com o pré pagamento de algumas emissões e com as amortizações realizadas no período. Esse aumento relevante está relacionado as parcelas de curto prazo (menores que 12 meses) principalmente das novas emissões de debêntures realizadas no ano de 2014, como seguem abaixo:

- R\$ 300 milhões de debêntures na *holding* no mês de outubro.
- Emissões de debêntures nas concessionárias estaduais, sendo R\$ 400 milhões na Centrovias S.A. e R\$ 150 milhões na Vianorte S.A, ambas no mês de março e R\$ 375 milhões na Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias) no mês de outubro.
- Debêntures nas concessões federais com a uma emissão no mês de dezembro na Concessionária Fernão Dias S.A. no valor de R\$ 100 milhões.

### *Fornecedores*

O passivo com fornecedores refere-se principalmente à contratação de terceiros para a realização de obras e serviços nas rodovias sob concessão da Companhia, na sua maioria concentrados nas estradas federais. Uma vez que a Arteris intensificou o ritmo de obras em suas controladas, o saldo de fornecedores registrou um aumento de 17,0% na comparação com 2013, com um total de R\$ 142,9 milhões.

### *Obrigações Sociais*

O saldo dessa linha é composto principalmente por provisões de participação nos lucros e resultados dos funcionários da Companhia e suas controladas, bem como da provisão de INSS, FGTS, entre outros. Ao final de 2014 o saldo foi de R\$ 76,8 milhões, montante 3,9% inferior ao ano de 2013.

### *Obrigações Fiscais*

Fazem parte dessa rubrica a provisão do pagamento de encargos fiscais, tais como, imposto de renda e contribuição social, IRRF, Pis, Cofins, IOF e outros tributos federais e fiscais. Essa rubrica registrou um saldo de R\$72,7, uma queda de 12,0% comparada ao ano de 2013.

### *Cauções Contratuais*

Os montantes contabilizados nessa linha tratam-se da retenção feita pela Companhia de 5% do valor face dos contratos com prestadores de serviços. Estes valores são mantidos pela Companhia até o término da prestação completa do serviço, sendo posteriormente devolvidos integralmente aos mesmos. O aumento de 37,7% em relação ao ano de 2013 nessa rubrica, está em linha com o intenso ritmo de investimentos realizados pela Companhia, sendo necessária a contratação de diversos prestadores de serviços para a execução das obras.

### *Dividendos propostos*

Ao final de 2014, o montante foi R\$ 27,0 milhões e refere-se ao saldo de dividendos referentes ao percentual mínimo obrigatório distribuído aos acionistas da Companhia em relação aos resultados do exercício de 2013.

### *Provisão para manutenção em rodovias*

Refere-se a valores que serão desembolsados no futuro pela Companhia como parte dos investimentos nos ciclos para a troca de pavimento de suas rodovias que acontecem em média a cada sete anos, sendo que tal provisão foi constituída em consonância com as novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12). Neste sentido, aproximadamente 1/7 deste valor é provisionado a cada ano até a data efetiva do respectivo desembolso/intervenção na pista. O aumento dessa provisão pode ser explicado pela revisão do cronograma futuro de desembolsos de manutenção para as rodovias do grupo.

## **Passivo Não Circulante**

### *Empréstimos e Financiamentos*

A Companhia conta com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os investimentos destinados à suas rodovias federais e adicionalmente acessa o mercado de capitais para a captação de recursos. O aumento de 26,4% ou R\$ 567,8 milhões nesta rubrica, que totalizou R\$ 2,7 bilhões ao final do exercício é resultado principalmente dos desembolsos junto ao BNDES para a execução de obras, cujo cronograma vem sendo intensificado pela Companhia.

### *Debêntures*

O saldo dessa linha teve um aumento de R\$ 567,8 milhões no ano de 2014, mesmo com o pré pagamento de algumas emissões e com as amortizações realizadas no período. Esse aumento relevante está relacionado as parcelas de longo prazo (maiores que 12 meses) principalmente das novas emissões de debêntures realizadas no ano de 2014, como seguem abaixo:

- R\$ 300 milhões de debêntures na *holding* no mês de outubro.
- Emissões de debêntures nas concessionárias estaduais, sendo R\$ 400 milhões na Centrovias S.A. e R\$ 150 milhões na Vianorte S.A, ambas no mês de março e R\$ 375 milhões na Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias) no mês de outubro.
- Debêntures nas concessões federais com a uma emissão no mês de dezembro na Concessionária Fernão Dias S.A. no valor de R\$ 100 milhões.

### *Credores pela Concessão*

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em Junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 163,0 milhões, frente aos R\$ 216,5 milhões do final de 2013.

### *Provisão para Manutenção em Rodovias*

Refere-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras periódicas de troca de pavimento das rodovias que acontecem em média a cada sete anos. Neste sentido, o crescimento do montante registrado no passivo não circulante totalizando R\$ 443,2 milhões ao final de 2014 está em linha com a revisão do cronograma de manutenção a ser realizado na rodovias para os próximos anos.

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

### Provisão para Investimentos em Rodovias

A contabilização das provisões de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de e serviços de construção e melhorias, sendo considerados os valores até o final da concessão. O saldo desta conta foi de R\$ 26,1 milhões ao final do exercício de 2014, uma queda de 39,5% em relação à 2013. Em função da realização e entrega de obras (que não geram receita), o saldo de provisões para as mesmas diminuem na mesma proporção.

### Patrimônio líquido

O total do patrimônio líquido da Arteris passou de R\$ 1,9 bilhão ao final de 2013, para R\$ 2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2014, um incremento de 13,3% na comparação dos períodos, refletindo basicamente o aumento de 13,1% no capital social da Companhia e também um crescimento de 12,1% nas reservas de lucros e de 26,7% na reserva legal, provenientes dos resultados auferidos pela Companhia durante o último exercício.

### Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	2014 A.V. %		2013 A.V. %		2014X2013
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>4.018.133</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.377.473</b>	<b>100,0%</b>	<b>19%</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(2.812.470)</b>	<b>-70,0%</b>	<b>(2.237.115)</b>	<b>-66,2%</b>	<b>26%</b>
		0,0%			
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.205.663</b>	<b>30,0%</b>	<b>1.140.358</b>	<b>33,8%</b>	<b>6%</b>
		0,0%			
<b>DESPESAS (RECETAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(193.132)</b>	<b>-4,8%</b>	<b>(193.335)</b>	<b>-5,7%</b>	<b>0%</b>
Gerais e administrativas	(182.086)	-4,5%	(181.818)	-5,4%	0%
Remuneração da administração	(19.259)	-0,5%	(21.331)	-0,6%	-10%
Despesas tributárias	(3.755)	-0,1%	(3.146)	-0,1%	19%
Outras receitas operacionais, líquidas	11.968	0,3%	12.960	0,4%	-8%
		0,0%			
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(322.374)</b>	<b>-8,0%</b>	<b>(277.767)</b>	<b>-8,2%</b>	<b>16%</b>
		0,0%			
<b>LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>690.157</b>	<b>17,2%</b>	<b>669.256</b>	<b>19,8%</b>	<b>3%</b>
		0,0%			
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(233.297)</b>	<b>-5,8%</b>	<b>(202.916)</b>	<b>-6,0%</b>	<b>15%</b>
Corrente	(231.128)	-5,8%	(230.600)	-6,8%	0%
Diferido	(2.169)	-0,1%	27.684	0,8%	-108%
		0,0%			
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>456.860</b>	<b>11,4%</b>	<b>466.340</b>	<b>13,8%</b>	<b>-2%</b>

### *Receita Operacional Líquida*

No exercício social de 2014, a Arteris registrou receita líquida de R\$ 4 bilhões, um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado pela melhora de 5,7% na receita bruta com pedágio que foi de R\$ 2,4 bilhões, pela expansão de 39,6% nas receitas de obras em função da aceleração do plano de investimentos nas rodovias federais, totalizando R\$ 1,8 bilhão e também pelo aumento de 9,8% na linha de outras receitas, que totalizaram R\$ 47,1 milhões na comparação anual.

Em relação ao crescimento da receita da Companhia, destaca-se:

- i. Os fatores que contribuíram para a melhora de 5,7% na receita bruta de pedágio da Companhia em relação a 2013 referem-se à combinação de maiores tarifas médias consolidadas (+4,4%) e o crescimento do total de veículos pedagiados (+1,3%) entre os períodos. Estas receitas totalizaram R\$ 2,4 bilhões em 2014.

As concessões estaduais foram responsáveis por 58% deste total e cresceram 6,0% frente a 2013, totalizando R\$ 1,4 bilhão no exercício. Já as rodovias federais tiveram uma melhora de 5,3%, com R\$ 1 bilhão proveniente de receitas de pedágio no acumulado do ano.

O volume total de tráfego pedagiado da Companhia em 2014, foi de 726.295 mil veículos equivalentes, crescimento de 1,3% em relação a 2013, conforme já mencionando.

O aumento do volume do tráfego pedagiado em 2014, em um ano em que o país apresentou estagnação econômica, demonstra certa resiliência do setor em momentos de baixo crescimento em função do perfil do setor de transportes no Brasil — gargalos logísticos com concentração do modal rodoviário e rodovias concessionadas como melhor opção frente à malha viária estatal. Por outro lado, a Companhia e o setor já vivenciaram momentos de maior expansão no passado e sentiram um arrefecimento em termos de volume ao longo do último ano na esteira do cenário macroeconômico que o país vem apresentando.

Isto se confirma na análise da evolução do tráfego pedagiado entre veículos leves e pesados ao longo do ano. Enquanto o total de veículos leves apresentou crescimento em praticamente todo o ano ainda suportado pelo nível de renda das famílias e baixas taxas de desemprego, não se pode dizer o mesmo em relação aos pesados, que impactados pela retração na atividade industrial a exemplo do setor automotivo e os efeitos da Copa do Mundo, tiveram sucessivas quedas no decorrer de 2014.

Ainda em relação aos veículos pesados, o crescimento extraordinário apresentado pelas rodovias estaduais no primeiro semestre deveu-se ao início da cobrança dos eixos suspensos\* a partir de julho de 2013. Já na segunda metade do ano, quando se passou a ter novamente o volume de veículos equivalentes em bases comparáveis, a queda no total de caminhões tornou-se patente. No caso das federais, as rodovias que apresentaram os piores desempenhos foram justamente aquelas em que o perfil da carga transportada em seus trechos estava diretamente relacionado ao PIB industrial, notadamente a Autopista Régis Bitencourt e Rodovia Fernão Dias.

Especificamente nos casos das Autopistas Planalto Sul (+5,2% na comparação anual) e Litoral Sul (+3,4% na comparação anual), a primeira recebeu no terceiro trimestre do ano veículos de rodovias paralelas que se encontravam com trechos interditados em função de fortes chuvas na região e a segunda apresentou um extraordinário crescimento no segundo semestre em função da reabertura no dia 20 de junho de uma praça de pedágio que estava em processo de transferência de localidade a pedido da ANTT.

Em relação à tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio, esta foi de R\$ 3,35 em 2014, o que representou um incremento de 4,4% em relação à tarifa média de 2013.

Depois de um período em que as tarifas das concessões estaduais se mantiveram inalteradas — em 2013 não houve o reajuste anual em atendimento a uma determinação do Governo do Estado de São Paulo — em 1º de julho de 2014 foi concedido o reajuste tarifário para todas as concessões do estado. Porém, de forma unilateral, o Poder Concedente, através da ARTESP, efetuou ajustes nas tarifas de cada concessionária em função dos resultados auferidos pela adição dos eixos suspensos, segundo estudos desenvolvidos pela própria ARTESP. Isto é o que justifica diferentes variações percentuais de tarifas entre as concessões estaduais na comparação entre 2013 e 2014.

A Companhia discordou dos cálculos e metodologia adotados pela ARTESP para a definição das tarifas de 2014 e adotou todas as medidas necessárias para garantir os seus direitos e o que determina os contratos de concessão. Assim, em 18 de setembro de 2014, a Centrovias obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio (6,37% face ao percentual de 5,04% que havia sido aplicado) e as demais concessionárias estaduais continuam buscando a mesma decisão pelas vias judiciais. Desta forma, a tarifa média consolidada de 2014 para as concessões estaduais foi de R\$ 6,66, 2,9% superior à cobrada em 2013.

Já as concessionárias federais, tiveram ao longo de 2014 e do exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autopistas Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A tarifa média consolidada de 2014 para as concessões federais foi de R\$ 1,97, 4,6% superior à cobrada em 2013.

- ii. A receita de obras — representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e, portanto sem efeito caixa — cresceu 39,6% em relação a 2013, atingindo R\$ 1,8 bilhão no último exercício. O aumento veio em linha com o crescente ciclo de obras em curso nas rodovias federais da Arteris.
- iii. E, as “outras receitas” — compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas — foram de R\$ 47,1 milhões em 2014, crescimento de 9,8% em relação ao exercício anterior, o que contou com uma receita extraordinária no valor de R\$ 16,9 milhões registrada na Autopista Fernão Dias em função da cobrança retroativa (desde 2008) pelo uso da faixa de domínio desta concessionária por empresas de telecomunicações (fibra ótica).



\* Desde julho de 2013 para compensar o congelamento de tarifas ocorrido naquele ano nas rodovias de São Paulo por determinação do Governo do Estado, foi autorizada a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados, o que contribuiu para o aumento do volume total de veículos nas concessões estaduais.

### Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2014	A.V.% <sup>1</sup>	2013	A.V.% <sup>1</sup>	Var% <sup>2</sup>
Serviços de terceiros	(213.728)	7,1%	(197.894)	8,1%	8,0%
Pessoal	(219.012)	7,3%	(211.656)	8,7%	3,5%
Conservação	(104.936)	3,5%	(100.807)	4,1%	4,1%
Verba de fiscalização	(38.773)	1,3%	(36.689)	1,5%	5,7%
Custos com Poder Concedente	(22.660)	0,8%	(32.554)	1,3%	-30,4%
Seguros e garantias	(25.028)	0,8%	(21.306)	0,9%	17,5%
Remuneração da administração	(19.259)	0,6%	(21.331)	0,9%	-9,7%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(9.576)	0,3%	(3.960)	0,2%	141,8%
Despesas tributárias	(3.755)	0,1%	(3.146)	0,1%	19,4%
Outras despesas operacionais, líq.	(101.276)	3,4%	(60.462)	2,5%	67,5%
<b>Subtotal (Custo Caixa)*</b>	<b>(758.003)</b>	<b>25,2%</b>	<b>(689.805)</b>	<b>28,4%</b>	<b>9,9%</b>
<b>% Custo Caixa/Receita Líquida (ex-construção)</b>	<b>33,5%</b>	<b>-</b>	<b>32,6%</b>	<b>-</b>	<b>-1,8 p.p.</b>
Custos dos serviços de construção	(1.757.447)	58,5%	(1.258.870)	51,8%	39,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(145.463)	4,8%	(196.030)	8,1%	-25,8%
Depreciação e Amortização	(344.689)	11,5%	(285.745)	11,8%	20,6%
<b>Total</b>	<b>(3.005.602)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(2.430.450)</b>	<b>100,0%</b>	<b>23,7%</b>

<sup>1</sup>Análise vertical igual a participação percentual dos itens sobre o total do mesmo período.

<sup>2</sup>Análise horizontal igual a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

O total de custos e despesas da Companhia em 2014 foi de R\$ 3 bilhões, o que representou um incremento de 23,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Porém grande parte desta variação guarda relação com linhas de custos não caixa, como é o caso dos custos com construção que subiram R\$ 498,6 milhões em função de maiores investimentos realizados pela Companhia no período.

Os custos efetivamente caixa (não considera depreciação e amortização, custo dos serviços de construção e provisão para manutenção) foram de R\$ 758,0 milhões (+9,9%).

Em relação ao total de custos e despesas, as principais variações entre os períodos podem ser resumidas da seguinte forma:

- i. **Custos com serviços de terceiros:** Foram de R\$ 213,7 milhões, aumento de 8% em relação a 2013. Este incremento está relacionado aos reajustes anuais por inflação dos contratos de prestação de serviços para a Companhia, aos dissídios dos profissionais terceirizados do grupo e pela ampliação do escopo da operação das rodovias — maior número de atendimentos de socorro mecânico e hospitalar, início da operação de radares, entre outros — de acordo com o nível de serviço exigido por contrato e por solicitações do próprio poder concedente, nestes casos, passível de reequilíbrio. Adicionalmente, uns dos itens que mais influenciou o aumento desta linha foram novas despesas de publicidade, propaganda e reforço de marca, em linha com as diretrizes estratégicas da companhia de fortalecimento da imagem corporativa somado aos esforços de ações de responsabilidade social.

- ii. **Custos com pessoal:** Sofreram incremento em função dos dissídios coletivos para todos os funcionários do grupo entre os períodos, aumento no total de funcionários alocados na *holding* — pela centralização de algumas funções administrativas antes realizadas no nível das concessionárias — e impactos da internalização de algumas funções que anteriormente eram terceirizadas (no 4T14, por exemplo, as funções de arrecadação da Autovias, passaram a ser realizadas com funcionários próprios). Em 2014, o total destes custos foi de R\$ 219 milhões, aumento de 3,5% em relação ao ano anterior.
- iii. **Conservação:** Este custo varia de acordo com a necessidade pontual de reparos nas rodovias. Em relação a 2013 registrou incremento de 4,1% totalizando um montante de R\$ 105 milhões, destinados a intervenções no pavimento e na infraestrutura das estradas concessionadas.
- iv. **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Foi de R\$ 38,8 milhões em 2014, com aumento de 5,7% em relação a 2013.
- v. **Custos com o poder concedente:** Referem-se aos repasses das concessões estaduais ao poder concedente do Estado de São Paulo (ARTESP) correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio destas rodovias. Em 2014, os valores pagos foram de R\$ 22,7 milhões com redução de 30,4% em relação a 2013, uma vez que até julho daquele ano os repasses correspondiam a 3% da receita bruta de pedágio das concessões estaduais.
- vi. **Seguros e garantias:** Em 2014, a Companhia revisou sua política de riscos de forma a mitigar impactos em seu balanço patrimonial. As apólices e o escopo de coberturas de seguros, por exemplo, foram revistas levando-se em conta o aumento do volume de obras seguradas e reavaliações de riscos operacionais a partir dos níveis recorrentes de sinistralidade. Neste sentido, o total desta rubrica, no valor de R\$ 25 milhões no acumulado do ano, foi 17,5% superior ao registrado em 2013.
- vii. **Remuneração da administração:** No acumulado do ano, houve uma redução de 9,7% em relação a 2013, refletindo alterações na estrutura administrativa da *holding*.
- viii. **Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Os valores registrados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Companhia e suas controladas são parte. Em 2014, ano o valor líquido registrado como provisão ficou em R\$ 9,6 milhões, variação que contempla o saldo relacionado ao pagamento de multas devidas à ANTT.
- ix. **Outras despesas operacionais:** Referem-se à margem dos serviços de obras das construtoras do grupo, prestados exclusivamente para a Arteris, além de outros itens relacionados à operação das concessionárias da

Companhia. A margem das construtoras do grupo compõe a maior parte do total de “outras despesas operacionais” e é de caráter variável, dependendo do volume de obras contratadas pelas concessionárias da Companhia em detrimento às construtoras terceirizadas. No último exercício, o total das outras despesas foi de R\$ 101,3 milhões, apresentando uma variação de R\$ 40,8 milhões em relação a 2013. Este crescimento ocorreu principalmente em função das margens negativas apresentadas pelas construtoras do grupo no 2T14 e também no 4T14.

- x. **Custos de construção:** Da mesma forma e no mesmo valor das receitas de obras, está relacionado à representação contábil dos investimentos da Companhia em ativos intangíveis — em sua quase totalidade direcionada a melhorias da infraestrutura das rodovias federais. O crescimento destes investimentos é o que justifica o aumento de 39,6% destes custos não caixa que totalizaram R\$ 1,8 bilhão em 2014.
  
- xi. **Provisões para manutenção:** Referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras de manutenção e renovação de pavimentos nas rodovias sob concessão. A Companhia ajusta trimestralmente os montantes provisionados na medida em que revê e atualiza as expectativas em relação ao momento e aos valores que serão desembolsados. Dado o que já havia sido provisionado em trimestres anteriores, o valor constituído ao longo de 2014 foi de R\$ 145,5 milhões, redução de 25,8% em relação a 2013.
  
- xii. **Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados. Em 2014, o total registrado foi de R\$ 344,7 milhões, representando um aumento de 20,6% na comparação com o exercício anterior.

#### *Resultado Financeiro*

A Companhia apresentou ao final de 2014 um resultado financeiro negativo de R\$ 322,4 milhões, variação de 16,1% em relação a 2013 que havia registrado saldo negativo de R\$ 277,8 milhões.

Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

- i. Um aumento de R\$ 66,3 milhões (+108,6%) das receitas financeiras em função do aumento das captações ao longo do exercício (emissões de debêntures), o que proporcionou um maior caixa médio aplicado no período, cuja remuneração estava atrelada ao CDI que registrou sucessivas altas no período.
  
- ii. Um aumento de R\$ 111,2 milhões (+32,8%) nas despesas financeiras, principalmente em função de maiores encargos financeiros (+44,8% ou R\$ 117,9 milhões) associados ao crescimento da alavancagem da Companhia ao longo do ano e ao aumento das taxas dos indexadores de juros da dívida bruta (TJLP, CDI e IPCA).

#### *Lucro Líquido*

Em 2014, a Companhia registrou R\$ 456,9 milhões de lucro líquido. Apesar do crescimento da receita líquida (+19%) e do EBITDA (+10,1%) entre exercícios, o lucro sofreu uma ligeira retração de 2% na comparação com 2013, principalmente em função de itens não caixa, como o aumento das amortizações que subiram 20,6%, sendo também impactado por um resultado financeiro líquido inferior a 2013, conforme já descrito, com variação de R\$ 44,6 milhões entre os períodos.

*Balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012*

	31/12/13	A.V. %	31/12/12	A.V. %	2013x2012
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	929.911	12,6%	681.437	11,3%	36,5%
Contas a receber	126.709	1,7%	111.014	1,8%	14,1%
Contas a receber - partes relacionadas	-	0,0%	90	0,0%	-100,0%
Estoques	7.662	0,1%	8.878	0,1%	-13,7%
Despesas antecipadas	10.411	0,1%	9.076	0,2%	14,7%
Impostos a recuperar	33.691	0,5%	23.772	0,4%	41,7%
Aplicações financeiras vinculadas	47.383	0,6%	63.299	1,0%	-25,1%
Outros créditos	5.691	0,1%	2.339	0,0%	143,3%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.161.458</b>	<b>15,8%</b>	<b>899.905</b>	<b>14,9%</b>	<b>29,1%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	63.604	0,9%	69.576	1,2%	-8,6%
Cauções contratuais	331	0,0%	290	0,0%	14,1%
Impostos a recuperar	-	0,0%	-	0,0%	
Despesas antecipadas	22	0,0%	9	0,0%	144,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	172.108	2,3%	120.796	2,0%	42,5%
Depósitos judiciais	20.372	0,3%	14.709	0,2%	38,5%
Outras contas a receber	217	0,0%	216	0,0%	0,5%
Investimentos	1.053	0,0%	1.053	0,0%	0,0%
Imobilizado	46.377	0,6%	47.208	0,8%	-1,8%
Intangível	5.903.469	80,1%	4.894.658	80,9%	20,6%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>6.207.553</b>	<b>84,2%</b>	<b>5.148.515</b>	<b>85,1%</b>	<b>20,6%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.369.011</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.048.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,8%</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	142.989	1,94%	109.145	1,8%	31,0%
Debêntures	145.493	2,0%	363.641	6,0%	-60,0%
Fornecedores	122.115	1,7%	109.344	1,8%	11,7%
Obrigações sociais	79.899	1,1%	59.878	1,0%	33,4%
Obrigações fiscais	82.679	1,1%	73.451	1,2%	12,6%
Contar a pagar - partes relacionadas	154	0,0%	258	0,0%	-40,3%
Cauções contratuais	44.847	0,6%	42.818	0,7%	4,7%
Dividendos propostos	22.183	0,3%	20.114	0,3%	10,3%
Credores pela concessão	70.299	1,0%	67.932	1,1%	3,5%
Provisão para manutenção em rodovias	71.043	1,0%	80.614	1,3%	-11,9%
Provisão para investimentos em rodovias	68.489	0,9%	56.336	0,9%	21,6%
Provisões diversas	-	0,0%	-	0,0%	
Adiantamento seguros	40.152	0,5%	54.658	0,9%	-26,5%
Outras contas a pagar	10.149	0,1%	7.478	0,1%	35,7%
<b>Total do circulante</b>	<b>900.491</b>	<b>12,2%</b>	<b>1.045.667</b>	<b>17,3%</b>	<b>-13,9%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.148.990	29,2%	1.874.329	31,0%	14,7%
Debêntures	1.687.256	22,9%	887.537	14,7%	90,1%
Credores pela concessão	216.540	2,9%	258.691	4,3%	-16,3%
Receita diferida	427	0,0%	398	0,0%	7,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	76.326	1,0%	52.698	0,9%	44,8%
Provisão para manutenção em rodovias	401.395	5,4%	252.115	4,2%	59,2%
Provisão para investimentos em rodovias	43.151	0,6%	54.905	0,9%	-21,4%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	11.787	0,2%	10.176	0,2%	15,8%
Outras contas a pagar	3.075	0,0%	4.820	0,1%	-36,2%
<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>4.588.947</b>	<b>62,3%</b>	<b>3.395.669</b>	<b>56,1%</b>	<b>35,1%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	772.417	10,5%	679.970	11,2%	13,6%
Reserva legal	80.076	1,1%	60.614	1,0%	32,1%
Reserva de lucros	1.049.351	14,2%	888.771	14,7%	18,1%
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	-0,3%	(22.271)	-0,4%	0,0%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.879.573</b>	<b>25,5%</b>	<b>1.607.084</b>	<b>26,6%</b>	<b>17,0%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.369.011</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.048.420</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,8%</b>

## **Ativo Circulante**

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Ao final de 2013, o total do saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 929,9 milhões. Este montante registrou um crescimento de 36,5% ou R\$ 248,5 milhões em relação ao ano de 2012, que havia sido de R\$ 681,4 milhões. Apesar dos desembolsos ao longo do exercício, relacionados à quitação de parcelas de debêntures nas concessões estaduais, amortizações de valores relacionados aos financiamentos do BNDES nas concessões federais, quitação de notas promissórias emitidas pela Companhia e dos investimentos de infraestruturas realizados em todas as rodovias, o aumento na posição de caixa está relacionado a novas emissões de dívidas ao longo do terceiro e quarto trimestres de 2013. Estas emissões consistiram na captação, em junho, de R\$ 200 milhões em Notas Promissórias Comerciais na Companhia e de R\$ 149 milhões nas empresas controladas; da emissão, em setembro, de R\$ 200 milhões de debêntures na Companhia e de R\$ 135,6 milhões nas concessões federais (recursos utilizados para a quitação das Notas Promissórias); da emissão, em setembro, de R\$ 600,0 milhões em debêntures na Concessionária de Rodovias do Interior Paulista (Intervias); e da emissão, em novembro, de R\$ 300 milhões de debêntures na Autovias S.A.

Os recursos financeiros da Companhia estão aplicados junto a instituições financeiras de primeira linha em Certificados de Depósito Bancários (CDB) e Fundos de Investimentos com liquidez imediata, baixo risco e vencimento inferior a 90 dias.

### *Contas a receber*

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber era de R\$ 126,7 milhões, aumento de 14,1% em relação a 2012 e consistia principalmente de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). O crescimento na comparação com o exercício anterior é proveniente da expansão do tráfego e arrecadação durante os períodos, não havendo saldos em atraso, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013. A média de vencimento dos valores era de até 30 dias.

### *Aplicações financeiras vinculadas*

O saldo das aplicações financeiras vinculadas registrado ao final de 2013 foi de R\$ 47,4 milhões, o que representou uma redução de 25% em relação ao saldo de 2012, que havia sido de R\$ 63,3 milhões. Estes valores se referem às reservas para o pagamento de juros e amortização do principal das debêntures. Na prática, as concessionárias controladas retém diariamente parte dos seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela do principal das debêntures. Os recursos são mantidos em fundo de investimento constituído com finalidade específica para estas operações. A redução do saldo registrado está relacionado ao pré-pagamento de debêntures no segundo semestre de 2013 (na Intervias e Autovias) através da emissão de novas séries de debêntures, as quais não contavam mais com a necessidade de manutenção destas reservas.

## **Ativo Não Circulante**

### *Aplicações financeiras vinculadas*

Trata-se do montante constituído com o objetivo de garantir o pagamento de juros e principal dos empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES para as concessionárias federais. Os recursos, equivalentes a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento, são mantidos em fundo de investimento constituído com finalidade específica para estas operações. Estas reservas passaram de R\$ 69,6 milhões em 2012, para R\$ 63,6 milhões em 2013. Como a Companhia vem amortizando os valores devidos ao financiamento com o BNDES, as parcelas pagas ficam periodicamente menores pela redução do valor do principal e as reservas a elas relacionadas também diminuem, o que explica a redução de 8,6% desta rubrica.

### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Esta rubrica passou de R\$ 120,8 milhões ao final de 2012, para R\$ 172,1 milhões no exercício de 2013, variação de 42,5%, referente a constituição de imposto diferido de despesas pré-operacionais das Federais em 2008 e movimentações das provisões referente ao IFRIC 12 e devido no aumento da base de prejuízo fiscal nas concessionárias Federais.

### *Imobilizado*

Registrou ligeira redução de R\$ 0,8 mil em relação a 2012, totalizando R\$ 46,4 milhões. A variação advém de alienações e baixas de ativos permanentes e da depreciação que incidiu sobre itens no período em montantes superiores à adição de ativos imobilizados.

### *Intangível*

Desde o advento do IFRS (que trouxe novas regras contábeis) os investimentos realizados na ampliação e adição de infraestrutura nos ativos sob concessão, são contabilizados como adições no intangível do balanço patrimonial da Companhia. A Arteris, principalmente após a adição das rodovias federais ao seu portfólio (fruto da vitória da Companhia nos leilões destes ativos no ano de 2007), vem investindo anualmente montantes relevantes em obras de melhorias para estas estradas em cumprimento aos compromissos contratuais assumidos. Somente em 2013 a Companhia investiu mais de R\$ 1,3 bilhão em suas concessionárias, valor quase na totalidade registrado como intangível, que subtraído das amortizações periódicas constitui o saldo final desta rubrica. Como os investimentos têm se mantido em um ritmo acelerado (muito maior que as amortizações) o saldo do intangível ao final de 2013 foi 20,6% superior ao exercício anterior, totalizando R\$ 5,9 bilhões.

## **Passivo Circulante**

### *Empréstimos e Financiamentos*

Em 31 de dezembro de 2013, o total de empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia era de R\$ 143,0 milhões, com aumento de 31% em relação ao registrado no mesmo período de 2012. A variação entre os períodos está relacionada a contratos de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

### *Debêntures*

Parte dos recursos captados com a emissão de novas debêntures ao longo do segundo semestre de 2013 (emissão de R\$ 600,0 milhões na Intervias e de R\$ 300,0 milhões na Autovias) foram utilizados para o pré-pagamento da 1ª e 2ª emissões de debêntures da Intervias (respectivamente nos valores de R\$ 108,7 milhões e R\$ 158,8 milhões) e para o pré-pagamento das debentures de primeira série da 1ª emissão e pré-pagamento integral da 2ª emissão da Autovias (respectivamente nos valores de R\$ 83,8 milhões e R\$ 47,1 milhões). Neste sentido, o saldo de curto prazo de debêntures ao final de 2013 foi reduzido em 60%, totalizando R\$ 145,5 milhões. O saldo reflete os pré-pagamentos realizados e o valor residual das debêntures mais antigas, incluindo as das demais controladas.

### *Fornecedores*

O passivo com fornecedores refere-se principalmente à contratação de terceiros para a realização de obras e serviços nas rodovias sob concessão da Companhia, na sua maioria concentrados nas estradas federais. Uma vez que a Arteris intensificou o ritmo de obras em suas controladas, o saldo de fornecedores registrou um aumento de 11,7% na comparação com 2012, com um total de R\$ 122,1 milhões.

### *Dividendos propostos*

Ao final de 2013, foram de R\$ 22,2 milhões e referem-se ao saldo de dividendos referentes ao percentual mínimo obrigatório distribuído aos acionistas da Companhia em relação aos resultados do exercício de 2012.

### *Provisão para manutenção em rodovias*

Refere-se a valores que serão desembolsados no futuro pela Companhia como parte dos investimentos nos ciclos para a troca de pavimento de suas rodovias que acontecem em média a cada sete anos, sendo que tal provisão foi constituída em consonância com as novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12). Neste sentido, aproximadamente 1/7 deste valor é provisionado a cada ano até a data efetiva do respectivo desembolso/intervenção na pista. No terceiro trimestre de 2013, a Companhia revisou suas previsões de investimentos futuros na renovação de pavimento de suas rodovias, incluindo o período que estas obras serão executadas, o que alterou a proporção e valores de provisões registrados no curto e longo prazos. Para as provisões registradas no passivo circulante o valor foi reduzido, de forma que ao final de 2013 o total nesta rubrica ficou 11,9% menor em relação a 2012, totalizando R\$ 71,0 milhões.



## **Passivo Não Circulante**

### *Empréstimos e Financiamentos*

A Companhia conta com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os investimentos destinados à suas rodovias federais e adicionalmente acessa o mercado de capitais para a captação de recursos. O aumento de 14,7% ou R\$ 274,6 milhões nesta rubrica, que foi de R\$ 2,1 bilhões ao final do exercício é resultado principalmente dos desembolsos junto ao BNDES para a execução de obras, cujo cronograma vem sendo intensificado pela Companhia.

### *Debêntures*

Conforme citado anteriormente, a Companhia emitiu ao longo do segundo trimestre de 2013 uma nova série de debêntures em suas controladas estaduais: Intervias (no valor de R\$ 600,00 milhões) e Autovias (no valor de R\$ 300,0 milhões). A maior parte deste volume foi registrada como uma dívida de longo prazo (juntamente com o residual de longo prazo das debêntures mais antigas de demais controladas), resultando em um aumento de 90% ou R\$ 799,7 milhões nesta rubrica, que foi de R\$ 1,7 bilhão ao final de 2013.

### *Credores pela Concessão*

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em Junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 216,5 milhões, frente aos R\$ 258,7 milhões do final de 2012.

### *Provisão para Manutenção em Rodovias*

Refere-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras periódicas de troca de pavimento das rodovias e conforme já comentado a Companhia realizou no terceiro trimestre de 2013 uma revisão do cronograma futuro de obras que impactou a proporção dos valores de provisão registrados entre o curto e longo prazos do balanço. Neste sentido, enquanto houve uma redução do montante registrado no passivo circulante, o total de R\$ 401,4 milhões registrado ao final de 2013 no passivo não circulante foi 59,2% superior na comparação com o ano anterior.

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, sendo considerados os valores da próxima intervenção.

### *Provisão para Investimentos em Rodovias*

A contabilização das provisões de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de e serviços de construção e melhorias, sendo considerados os valores até o final da concessão. O saldo desta conta foi de R\$ 43,1 milhões ao final do exercício de 2013, uma queda de 21,4% em relação à 2012. Em função da realização e entrega de obras (que não geram receita), o saldo de provisões para as mesmas diminuem na mesma proporção.

### *Patrimônio líquido*

O total do patrimônio líquido da Arteris passou de R\$ 1,6 bilhão ao final de 2012, para R\$ 1,9 bilhão em 31 de dezembro de 2013, um incremento de 17% na comparação dos períodos, refletindo basicamente o aumento de 18,1% nas reservas de lucros provenientes dos resultados auferidos pela Companhia durante o último exercício.

### *Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012*

	2013 A.V.%		2012 A.V.%		2013X2012
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.377.473</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.118.797</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,3%</b>
			-		
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(2.237.115)</b>	<b>-66,2%</b>	<b>(2.105.570)</b>	<b>-67,5%</b>	<b>6,2%</b>
			-		
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.140.358</b>	<b>33,8%</b>	<b>1.013.227</b>	<b>32,5%</b>	<b>12,5%</b>
			-		
<b>DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(193.335)</b>	<b>-5,7%</b>	<b>(176.327)</b>	<b>-5,7%</b>	<b>9,6%</b>
Gerais e administrativas	(181.818)	-5,4%	(167.624)	-5,4%	8,5%
Remuneração da administração	(21.331)	-0,6%	(15.471)	-0,5%	37,9%
Despesas tributárias	(3.146)	-0,1%	(3.700)	-0,1%	-15,0%
Amortização do ágio em investimentos	-		-		
Outras receitas operacionais, líquidas	12.960	0,4%	<b>10.468</b>	0,3%	23,8%
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(277.767)</b>	<b>-8,2%</b>	<b>(237.397)</b>	<b>-7,6%</b>	<b>17,0%</b>
			-		
<b>LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>669.256</b>	<b>19,8%</b>	<b>599.503</b>	<b>19,2%</b>	<b>11,6%</b>
			-		
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(202.916)</b>	<b>-6,0%</b>	<b>(195.937)</b>	<b>-6,3%</b>	<b>3,6%</b>
Corrente	(230.600)	-6,8%	(209.582)	-6,7%	10,0%
Diferido	27.684	0,8%	13.645	0,4%	102,9%
			-		
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>466.340</b>	<b>13,8%</b>	<b>403.566</b>	<b>12,9%</b>	<b>15,6%</b>

### *Receita Operacional Líquida*

No exercício social de 2013, a Arteris registrou receita líquida de R\$ 3,4 bilhões, um crescimento de 8,3% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado pela melhora de 9,1% nas receitas com pedágio que foram de R\$ 2,3 bilhões, com destaque para as concessões estaduais que cresceram 11,3% e pela expansão de 12,7% nas receitas de obras em função da aceleração do plano de investimentos nas rodovias federais, totalizando R\$ 1,3 bilhão. Adicionalmente, as outras receitas (acessórias, conservação e pavimentação de rodovias) ficaram em R\$ 42,9 milhões, com redução de 58,4% na comparação anual em função de reclassificações contábeis realizadas nesta rubrica ao longo do exercício.

Em relação ao crescimento da receita da Companhia, destaca-se:

O crescimento anual de 9,1% com receitas de pedágio em relação a 2012, totalizando R\$ 2,3 bilhões. Deste montante, 58,2% foram provenientes das concessões estaduais e 41,8% das concessões federais. Na comparação entre os períodos, as concessionárias estaduais cresceram 11,3%, com R\$ 1,3 bilhão, enquanto as federais tiveram melhora de 6,2%, com receitas de R\$ 960,9 milhões.

O crescimento com a arrecadação de pedágio em 2013 foi suportado pelo aumento de 2,9% do tráfego de veículos e do reajuste da tarifa média consolidada, que foi 6,0% superior em relação ao ano anterior.

Em 2013, o volume total de tráfego pedagiado da Companhia foi de 717.096 mil veículos equivalentes, o que representou um incremento de 2,9% em relação a 2012.

As rodovias estaduais tiveram uma expansão de 9,1% no total de veículos equivalentes na comparação com o exercício anterior, com um total de 206.864 mil veículos. Isto se deu pela combinação de um cenário de favorável crescimento orgânico do tráfego pedagiado observado ao longo do ano principalmente em função de impactos positivos oriundos da produção agrícola no interior do Estado de São Paulo e da adição de novos veículos equivalentes com o início da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados em julho de 2013. A cobrança dos eixos suspensos foi autorizada pelo Poder Concedente como medida para compensar o congelamento de tarifas no momento do repasse anual baseado na inflação apurada no período, reajuste que deveria ter ocorrido em julho de 2013.

Já as concessões federais apresentaram crescimento de 0,6% no tráfego pedagiado frente a 2012, com 510.233 mil veículos equivalentes. O resultado foi impactado pela Autopista Litoral Sul (-4,5%) que desde junho de 2013 suspendeu a cobrança de pedágio da praça localizada no Município de Palhoça (SC) até que esta seja transferida para uma nova localidade, em cumprimento à determinação da ANTT. A previsão é que a nova praça esteja em operação em meados de junho de 2014 sendo que eventuais desequilíbrios por perda de tráfego serão reequilibrados ao contrato. Excluindo os efeitos do fechamento desta praça de pedágio, a Autopista Litoral Sul teria apresentado crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior e o conjunto de rodovias federais teria crescido 5,0%.

Quanto à tarifa, em 2013, o valor médio consolidado praticado pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 3,21, o que representou um incremento de 6,0% em relação à tarifa média de 2012.

A tarifa média das concessões estaduais foi de R\$ 6,48, com aumento de 2,1%, percentual inferior à inflação do período. O crescimento contempla apenas os efeitos de maiores tarifas no primeiro semestre de 2013 em relação ao primeiro semestre do ano anterior oriundo do reajuste tarifário de 2012, uma vez que, excepcionalmente, o reajuste anual por inflação que ocorre sempre no mês de julho e que em 2013 corresponderia a 6,2%, não foi autorizado pelo Governo do Estado de São Paulo. Por

outro lado, foi autorizado o início da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados nas estradas estaduais e instituída a redução do repasse ao Poder Concedente do ônus variável de outorga de 3,0% da receita bruta de pedágio para 1,5%. As medidas tiveram o objetivo de compensar os efeitos do não reajuste de tarifas.

Já as concessões federais tiveram um aumento de 5,5% na comparação anual, com uma tarifa média de R\$ 1,88 ao final de 2013. As novas tarifas refletem os reajustes ocorridos em dezembro de 2012 (Autopistas Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul) e em fevereiro de 2013 (Autopistas Fluminense e Autopista Litoral Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos.

A Companhia intensificou o seu plano de obras nas rodovias federais, atingindo R\$ 1,3 bilhão de receita de obras (que representa de forma contábil e sem efeito caixa estes investimentos), crescendo 12,7% em relação a 2012. As rodovias federais contribuíram com 94,1% deste total.

E, as receitas oriundas da exploração da faixa de domínio pelas concessionárias, bem como as receitas provenientes da conservação e pavimentação das rodovias pelas construtoras da Arteris totalizaram R\$ 43,0 milhões em 2013. A redução de 58,4% em relação ao ano anterior está relacionada a uma reclassificação de receitas provenientes de obras de micro revestimento que estavam sendo contabilizadas como “outras receitas”, mas que a partir do segundo trimestre de 2013 passaram a ser registradas como “receitas de obras”.

#### *Custos e Despesas Operacionais*

<b>Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)</b>	<b>2013</b>	<b>A.V.%<sup>1</sup></b>	<b>2012</b>	<b>A.V.%<sup>1</sup></b>	<b>Var%<sup>2</sup></b>
Serviços de terceiros	(197.894)	8,1%	(186.627)	8,2%	6,0%
Pessoal	(211.656)	8,7%	(186.466)	8,2%	13,5%
Conservação	(100.807)	4,1%	(102.321)	4,5%	-1,5%
Verba de fiscalização	(36.689)	1,5%	(34.673)	1,5%	5,8%
Custos com Poder Concedente	(32.554)	1,3%	(37.446)	1,6%	-13,1%
Seguros e garantias	(21.306)	0,9%	(20.765)	0,9%	2,6%
Remuneração da administração	(21.331)	0,9%	(15.471)	0,7%	37,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(3.960)	0,2%	(4.902)	0,2%	-19,2%
Despesas tributárias	(3.146)	0,1%	(3.700)	0,2%	-15,0%
Outras despesas operacionais, liq.	(60.462)	2,5%	(94.914)	4,2%	-36,3%
<b>Subtotal (Custo Caixa)*</b>	<b>(689.805)</b>	<b>28,4%</b>	<b>(687.285)</b>	<b>30,1%</b>	<b>0,4%</b>
<b>% Custo Caixa/Receita Líquida (ex-construção)</b>	<b>32,6%</b>	<b>-</b>	<b>34,3%</b>	<b>-</b>	<b>-1,8 p.p.</b>
Custos dos serviços de construção	(1.258.870)	51,8%	(1.117.137)	49,0%	12,7%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(196.030)	8,1%	(235.956)	10,3%	-16,9%
Depreciação e Amortização	(285.745)	11,8%	(241.519)	10,6%	18,3%
<b>Total</b>	<b>(2.430.450)</b>	<b>100,0%</b>	<b>(2.281.897)</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,5%</b>

<sup>1</sup>Análise vertical igual a participação percentual dos itens sobre o total do mesmo período.

<sup>2</sup>Análise horizontal igual a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

O total de custos e despesas da Arteris em 2013 foi de R\$ 2,4 bilhões, o que representou um aumento de 6,5% em relação a 2012, percentual em linha com a variação acumulada da inflação no período. Mas o mais importante é destacar que os custos efetivamente “caixa” (não considera depreciação e amortização, custo dos serviços de construção e provisão para manutenção) praticamente não registraram aumento, totalizando R\$ 689,8 milhões, ligeira alta de 0,4%, com melhora de 1,8 p.p. em relação à receita líquida (ex-construção).

Em relação ao total de custos e despesas, as principais variações entre os períodos podem ser resumidas da seguinte forma:

**Custos com serviços de terceiros:** Registrou um aumento de 6,0% em relação a 2012, totalizando R\$ 197,9 milhões. Contribuiu para este crescimento:

- reajustes contratuais anuais (em sua grande maioria indexados ao IPCA);
- os custos (alguns deles não recorrentes) relacionados aos projetos de melhores práticas que estão sendo implementados no âmbito do plano de eficiências da Companhia, principalmente a implementação do SAP em todas as empresas do grupo.

**Custos com pessoal:** Totalizou R\$ 211,7 milhões em 2013, com alta de 13,5% na comparação com o ano anterior, influenciados por:

- dissídios coletivos repassados em março de 2013 (em média de 6,8% para todos os funcionários);
- internalização da equipe de arrecadadores (que anteriormente eram terceirizados) na Autopista Fluminense no final de dezembro de 2012 e início de janeiro de 2013.
- readequações salariais ocorridas ao longo do ano, principalmente no quarto trimestre de 2013;
- reestruturação de algumas equipes e áreas no nível da *holding* e criação da diretoria de compras em linha com o plano de eficiências em andamento

**Conservação:** Está associado a intervenções de melhoria nas rodovias, que podem incluir reparos de pavimento, troca de sinalização, adição de defensas metálicas, entre outras medidas, sendo um custo variável, de acordo com a necessidade e recorrência de cada período. Desta forma, registrou uma ligeira queda de 1,5% entre 2012 e 2013, totalizando R\$ 100,8 milhões.

**Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos ao poder concedente (ANTT) pelas rodovias federais e são reajustados anualmente pelo IPCA. Foi de R\$ 36,7 milhões em 2013, com aumento de 5,8% em relação a 2012.

**Custos com o poder concedente:** A redução apresentada nos valores pagos pelo ônus variável devidos pelas concessionárias estaduais ao poder concedente, é o resultado de medida adotada pelo Governo de São Paulo

para compensar o não reajuste de tarifas pela inflação em julho de 2013. O ônus variável passou de 3% da receita de pedágio para 1,5%, novo percentual que continuará a ser aplicado por prazo indeterminado.

**Seguros e garantias:** Em função do aumento do volume de obras sendo executadas pela Companhia e que são seguradas e da reavaliação dos valores para seguros de riscos operacionais a partir dos níveis de sinistralidade, esta linha registrou um aumento de 2,6% em relação a 2012, totalizando R\$ 21,3 milhões.

**Remuneração da administração:** Foi de R\$ 21,3 milhões em 2013, com aumento de R\$ 5,9 milhões na comparação com 2012, principalmente em função do pagamento de verbas rescisórias no momento da reestruturação da diretoria da *holding* e concessionárias de acordo com o plano de eficiências e alterações no *management* da Arteris. Além disso, assim como os demais profissionais do grupo, os diretores da Companhia receberam em março os respectivos dissídios coletivos.

**Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** Os valores registrados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Companhia e suas controladas são parte. No acumulado do ano de 2013, o montante foi 19,2% menor na comparação com 2012, totalizando R\$ 4,0 milhões.

**Custos de construção:** Constitui-se de uma representação contábil da adição de ativos intangíveis, advinda das novas regras do International Financial Reporting Standards (IFRS). O aumento de 12,7% dos custos de construção na comparação com 2012 está relacionado ao intenso programa de investimentos nas rodovias federais, que foi reforçado no quarto trimestre do ano, principalmente pelo novo cronograma de obras definido no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com a ANTT em setembro de 2013. No exercício de 2013, o total de custos com construção foi de R\$ 1,3 bilhão.

**Provisões para manutenção:** Refere-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras periódicas de troca de pavimento das rodovias e que acontecem em média a cada sete anos. No terceiro trimestre de 2013, a Companhia ajustou suas provisões para manutenção ao revisar previsões de investimentos futuros na renovação de pavimento de suas rodovias. Dado o que já havia sido provisionado anteriormente, o total desta rubrica foi de R\$ 196 milhões (-16,9%).

**Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados. Em 2013, o total registrado foi de R\$ 285,7 milhões (+18,3%).

### *Resultado Financeiro*

A Companhia apresentou ao final de 2013 um resultado financeiro negativo de R\$ 277,8 milhões, variação de 17,0% em relação a 2012 que registrou saldo negativo de R\$ 237,4 milhões. Entre os principais fatores que causaram a variação deste resultado, podemos destacar:

- Redução de 40,5% das receitas financeiras em função do menor resultado de aplicações financeiras durante o primeiro semestre do ano em um cenário de juros mais baixos que os atuais e menos recursos da Companhia (utilizados no plano de obras nas rodovias federais) disponíveis para estas aplicações. Este quadro se inverteu no segundo semestre com o gradual aumento da taxa do CDI e da aplicação de um montante maior de recursos originados das emissões de dívidas da Companhia e suas controladas ao longo do terceiro e quarto trimestres de 2013, efeitos, porém, que não foram suficientes para compensar os resultados do primeiro e segundo trimestres do ano.
- Manutenção em relação a 2012 do mesmo patamar de despesas financeiras (variação de apenas 0,3%). Se por um lado, as emissões de dívida contribuíram para o aumento dos encargos financeiros no segundo semestre, a ausência das mesmas no primeiro semestre acabou por equilibrar esta rubrica no resultado consolidado do ano. O total das despesas financeiras poderia ter registrado um patamar mais reduzido, não fosse o aumento de R\$ 12,2 milhões das outras despesas financeiras que contabilizou os custos relacionados à quitação antecipada das 1ª e 2ª emissões de debêntures da Intervias ao final do ano e, o IOF recolhido nas operações de mútuo entre as concessionárias e Companhia durante o exercício.

### *Lucro Líquido*

O lucro líquido da Arteris em 2013 foi de R\$ 466,3 milhões. O aumento de 15,6% em relação ao ano anterior se deu em função da expansão de 8,3% da receita líquida da Companhia (que contou com o aumento de 9,1% nas receitas de pedágio), fazendo frente ao aumento de 6,5% no total de custos e despesas mesmo com um maior volume de depreciações e amortizações e um pior resultado financeiro entre os períodos. Deve-se destacar que um dos motivos de uma menor expansão do total de custos (com impacto sobre o lucro), foi a redução de 16,9% nas provisões para manutenção de rodovias.

## 10.2 Comentários dos diretores sobre:

- a) *resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.*

### Reajustes das tarifas de pedágio das Concessionárias Estaduais

As tarifas de pedágio cobradas pelas concessionárias estaduais passaram a ser reajustadas anualmente, em 1º de julho, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA nos 12 meses anteriores ao reajuste, conforme previsto nos Termos Aditivos e Modificativos (“TAM’s”) celebrados em 15 de dezembro de 2011. Até o ano de 2012, os reajustes foram realizados com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M. Cabe ressaltar que os TAM’s prevêm o procedimento e a forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias controladas ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pelas concessionárias, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M. O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano, a periodicidade do reequilíbrio.

Porém, em junho de 2013, o Governo do Estado de São Paulo anunciou o congelamento do repasse anual de inflação nas tarifas que deveria ter ocorrido em 1º de julho no valor de 6,2% de acordo com o contrato de concessão. Esta medida foi assumida pelo Governo com contrapartidas que incluíram a redução do repasse ao poder concedente do ônus variável de outorga de 3,0% da receita bruta de pedágio para 1,5%, do início da cobrança do eixo suspenso de veículos pesados nas estradas estaduais e se necessário, a redução das parcelas mensais do ônus fixo devido. Estas ações tiveram o objetivo de compensar as perdas do não reajuste, o que evitou impactos adversos nos resultados da Companhia.

Em 1º de julho de 2014, o Governo estadual autorizou o reajuste das tarifas de acordo com a inflação. Porém de forma unilateral, o poder concedente, através da ARTESP, efetuou ajustes nas tarifas de cada concessionária (que ficaram abaixo da inflação) em função dos resultados auferidos pela adição dos eixos suspensos, cujo cálculo foi medido pela própria ARTESP, o qual a Companhia discordou e adotou todas as medidas necessárias para garantir os seus direitos e o que determina os contratos de concessão. Nesse sentido, a controlada da Companhia, Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), obteve em setembro de 2014, liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste aplicado foi de 6,37% de acordo com a variação acumulada do IPCA e passou a vigorar a partir de 19 de setembro de 2014.



Sendo assim, seguem abaixo os % de ajustes para os últimos exercícios:

1º de julho de 2012	4,26%
1º de julho de 2013	0,00%

1º de julho de 2014

Autovias	5,17%
Centrovias	6,37%
Intervias	4,67%*
Vianorte	5,58%

\* A partir de 19/09/14 o reajuste aplicado foi de 6,37% de acordo com medida liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

#### Reajustes das tarifas de pedágio das Concessionárias Federais

Conforme estipulado nos contratos firmados com o Governo Federal, o valor das tarifas de pedágio oferecido no leilão foi corrigido pela variação do IPCA de junho de 2007 ao mês anterior do início da cobrança de pedágio da primeira praça de cada concessão. Após esse primeiro reajuste, os demais reajustes passaram a ocorrer anualmente pelo mesmo índice (IPCA) acumulado nos 12 últimos meses a contar do último reajuste. Adicionalmente, levam-se em consideração para o cálculo da tarifa, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento para uma maior praticidade na cobrança de pedágio dos usuários.

Abaixo seguem as tarifas praticadas antes e após os últimos reajustes concedidos às concessionárias Fluminense, Litoral Sul, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul:

<u>Concessionárias</u>	<u>Tarifa Básica s/ Reajuste</u>	<u>Tarifa Básica c/ Reajuste</u>	<u>Data do Reajuste</u>
Autopista Planalto Sul	R\$ 3,80	R\$ 4,10	19/12/2014
Autopista Fernão Dias	R\$ 1,50	R\$ 1,60	19/12/2014
Autopista Régis Bittencourt	R\$ 1,80	R\$ 2,00	29/12/2014
Autopista Fluminense	R\$ 3,40	R\$ 3,80	02/02/2015
Autopista Litoral Sul	R\$ 1,80	R\$ 1,90	22/02/2015

### Crescimento do Tráfego de Veículos e o Crescimento do PIB

O negócio da Companhia depende do número de veículos que trafegam pelas rodovias administradas e frequência com que esses veículos circulam nessas rodovias. A desaceleração ou aceleração da atividade econômica, o aumento ou a redução da inflação e das taxas de juros praticadas no mercado nacional, bem como a alteração do preço dos combustíveis, podem impactar o crescimento do tráfego de veículos e, portanto, influenciar no volume de veículos pedagiados e na receita correspondente.

### Receita dos Serviços de Construção

As novas normas de contabilização (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões, que passaram a incluir também receita de obras provenientes da realização de investimentos no ativo intangível. Essa nova metodologia de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando as margens EBITDA, EBIT e margem líquida; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contrapartida desta receita, o custo de obra, em igual valor (sem margem de obra), consta da rubrica “Custo dos Serviços de Construção”.

*b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.*

Conforme já indicado no campo 10.2, subitem ‘a’, as receitas operacionais da Companhia estão atreladas a variação de índices de preços.

Além das receitas de pedágio supracitadas, o Contrato de Concessão permite que sejam auferidas receitas advindas de outras fontes (receitas acessórias), decorrentes de passagem na faixa de domínio (espaços para colocação de fibras óticas e gasodutos), manutenção de vias de acesso e determinados tipos de publicidade. Nestes casos, as variações das receitas estão atreladas aos mesmos índices de correção tarifária.

As receitas da Companhia não estão atreladas a taxas de câmbio e não foram introduzidos novos produtos e serviços que pudessem alterar a composição da receita da Companhia.

*c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia*

### Exposição a riscos inflacionários

As receitas da Companhia são corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), minimizando eventuais impactos provocados por pressões inflacionárias.

### Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

### Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e as debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (- 25%)	Cenário IV (+ 50%)
CDI	12,50%	15,63%	18,75%	9,38%
Juros a Incorrer(*)	(246.002)	(300.827)	(354.553)	(192.595)
Receita de aplicações Financeiras	169.345	211.623	253.902	127.067
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros A incorrer(*)	(176.214)	(203.924)	(231.189)	(148.711)
IPCA	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%
Juros a Incorrer(*)	<u>(33.483)</u>	<u>(38.755)</u>	<u>(44.812)</u>	<u>(27.720)</u>
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(286.354)</u>	<u>(331.883)</u>	<u>(376.652)</u>	<u>(241.959)</u>

Fonte dos Índices: Relatório Focus – BACEN

(\*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

### Concentração de risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, as controladas apresentavam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. nos montantes de R\$ 102,3 milhões, R\$ 119,7 milhões e R\$ 137,9 milhões, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não auditada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação de contas a receber com a CGMP.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	13,08	558.449	670.400	669.321	545.280	526.996	2.970.496
BNDES Automático	7,95	235.369	274.812	288.150	291.086	1.883.132	2.972.549
Finame	5,99	244.429	374.015	216.424	-	-	834.868
Outorga	3,89	144.264	343.926	340.244	250.664	-	1.079.098
Leasing	3,75	1.462	139	-	-	-	1.601
Capital de Giro	12,60	6.740	11.943	-	-	-	18.683
Debêntures - IPCA	13,30	265.239	253.995	223.020	260.135	-	1.002.389
<b>Total</b>		<u>1.456.002</u>	<u>1.929.230</u>	<u>1.737.159</u>	<u>1.347.165</u>	<u>2.410.128</u>	<u>8.879.684</u>

**10.3 Comentários dos Diretores sobre efeitos relevantes dos eventos abaixo que tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia**

*a) introdução ou alienação de segmento operacional*

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

*b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Não houve no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenham causado ou se espera que venham causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia

*c) eventos ou operações não usuais*

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

#### 10.4 Comentários dos Diretores sobre:

a) *mudanças significativas nas práticas contábeis*

Em 2014 não houve nenhuma alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em relação ao ano de 2013.

Em 2008, entraram em vigor a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei 11.638”) e a Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). As alterações promovidas visaram, principalmente, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes das práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

b) *efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Não houve em 2014, nenhuma alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em relação ao ano de 2013.

c) *ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Em relação às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o relatório dos auditores independentes (“Parecer da Auditoria”) não aponta ressalvas, havendo apenas parágrafo de ênfase conforme abaixo:

*“Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliadas ao custo ou valor justo, e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

Em relação às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o relatório dos auditores independentes (“Parecer da Auditoria”) não aponta ressalvas, havendo apenas parágrafo de ênfase conforme abaixo:

*“Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliadas ao custo ou valor justo, e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

O relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 não contém ressalvas, havendo parágrafo de ênfase conforme abaixo:

*“Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS, seriam avaliadas ao custo ou valor justo, e pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”*

Em relação às ênfases apontadas pelos pareceres de auditoria, que foram as mesmas para os exercícios de 2014, 2013 e 2012, os diretores da Companhia esclarecem que:

- Em 2008, as concessionárias federais da Companhia realizaram gastos pré-operacionais que, anteriormente ao advento do IFRS, foram registrados em suas demonstrações financeiras individuais como ativos diferidos.
- As novas orientações trazidas pelo IFRS determinaram que tais gastos passassem a ser classificados como custo operacional na demonstração de resultado
- No entanto, a lei 11.941/09 em seu artigo 229, permitiu que tais concessionárias da Companhia mantivessem, da forma como foram lançados, tais gastos pré-operacionais, no ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, os quais serão amortizados ao longo de 10 anos.
- Já em relação aos resultados consolidados da Companhia, em total conformidade com o IFRS, estes gastos pré-operacionais foram baixados de uma única vez à partir de 1º de janeiro de 2009, diferentemente das demonstrações financeiras individuais de suas concessionárias.

A Companhia entente que os resultados apresentados em suas demonstrações financeiras consolidadas, refletem da maneira mais apropriada e em consonância com as novas regras contábeis, as suas atividades, resultados e operações.



**10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

#### Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

#### Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras das empresas do grupo Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do período, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

#### **10.6 Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis**

a) *grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las*

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, o exame de auditoria das demonstrações financeiras compreende uma avaliação dos sistemas contábil e de controles internos da Companhia. Nenhuma imperfeição, que viesse a comprometer a confiabilidade dos dados financeiros apresentados ao mercado, foi identificada e/ou reportada pelos auditores.

b) *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente*

Não foram identificadas deficiências sobre os controles internos

#### **10.7 Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários: a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados; b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários pela Companhia nos 3 últimos exercícios.

#### **10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

a) *os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

Não há itens relevantes que não se encontrem evidenciados no balanço da Companhia.

b) *outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

#### **10.9 Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, indicando a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; e b) natureza e o propósito da operação, c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não há.

## 10.10 Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios

a) *investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.*

As concessionárias controladas pela Companhia estão sujeitas às obrigações de investimento constantes dos respectivos contratos de concessão.

Em 2014, as concessionárias estaduais e federais da Arteris desembolsaram R\$ 1,8 bilhão com investimentos em ativos imobilizados e intangíveis, sendo que 85,5% em obras direcionadas às concessionárias federais, as quais continuam desenvolvendo os investimentos previstos nos contratos de concessão. Os recursos investidos foram 39% superiores aos do ano de 2013.

Em relação à manutenção de rodovias, no ano de 2014, as concessionárias estaduais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 96,6 milhões. É importante destacar que por se tratarem de concessões em período inicial, as concessionárias federais ainda não apresentaram desembolso de caixa referente à manutenção, sendo que os primeiros desembolsos significativos com manutenção estão previstos para o ano de 2017.

### Investimentos realizados no exercício de 2014

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	81.077	58.713	22.364
Centrovias	45.087	5.996	39.091
Intervias	61.303	45.162	16.141
Vianorte	44.519	25.474	19.045
<b>Estaduais</b>	<b>231.986</b>	<b>135.345</b>	<b>96.641</b>
Planalto Sul	169.381	169.381	-
Fluminense	333.573	333.573	-
Fernão Dias	237.165	237.165	-
Régis Bittencourt	423.646	423.646	-
Litoral Sul	407.256	407.256	-
<b>Federais</b>	<b>1.571.021</b>	<b>1.571.021</b>	-
<b>Total</b>	<b>1.803.007</b>	<b>1.706.366</b>	<b>96.641</b>
Outros invest. e ajustes de consolidação	34.788	34.788	-
<b>Total</b>	<b>1.837.796</b>	<b>1.741.155</b>	<b>96.641</b>

As obras mais relevantes concluídas ou em andamento para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

**Autopista Fluminense:** Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 35,9 quilômetros foram concluídos em 2014. Dos 140,7 quilômetros restantes, 83,1 quilômetros estão em obras. Nestes trechos, foram também finalizados 2 trevos em desnível e mais 6 encontra-se em andamento.

Adicionalmente, a Companhia vem executando, desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária.

Além disso, foram construídas ao longo da rodovia 2 passarelas e a conclusão de reforço estrutural e alargamento de 1 ponte.

**Autopista Fernão Dias:** Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém, outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia. Em 2014, a Autopista Fernão Dias concluiu a construção de 3 trevos em desnível, 11 passarelas, 24,7 quilômetros de ruas laterais, 19 quilômetros de 3ª faixas ao longo da rodovia.

**Autopista Régis Bittencourt:** O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros do projeto, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis (3 em andamento) e 33 pontes e viadutos (11 concluídos e 11 em andamento).

Durante 2014, foram também construídos 4 trevos em desnível e concluídas obras de reforço estrutural e alargamento de 6 pontes, a construção de 1 passarela e 6,4 quilômetros de ruas laterais.

**Autopista Planalto Sul:** A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 7,3 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Durante o ano, foi realizado o alargamento de 2 pontes, 2 passarelas foram construídas e; realizadas correções de traçado da pista existente (1 quilômetro) para a melhoria da segurança dos usuários. Além disso, foi construído um trevo e uma rua lateral de 1,8 quilômetros em 2014.

**Autopista Litoral Sul:** O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros.

Em 2014, a Concessionária também concluiu a construção de 44,3 quilômetros de ruas laterais, 6 passarelas, 28,7 quilômetros de novas 'terceiras faixas' e finalizou o reforço estrutural e alargamento de 11 obras de arte especiais (pontes e viadutos).

**Autovias e Vianorte:** A Companhia concluiu em dezembro de 2014, através de suas controladas Autovias e Vianorte, as obras de remodelação do dispositivo do acesso principal à cidade de Ribeirão Preto (Trevó Waldo Adalberto da Silveira), no km 307+500 da SP 330 – Rodovia Anhanguera – Entroncamento das SP 333, SP 255 e Avenida Castelo Branco (SPA 307/330). Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da Rodovia Anhanguera, organizando o tráfego de veículos rodoviários e urbanos na região, também criando vias de acessos a pedestres através de passarelas. A obra foi incorporada ao contrato de concessão e contemplou a construção de 8 viadutos, 20 alças de acesso e retorno e uma passarela de 440 metros, beneficiando mais de 1,5 milhão de pessoas.

Ainda na Autovias, foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que foi incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.

**Intervias:** Está em andamento em ritmo acelerado a implantação da segunda etapa do contorno viário de Mogi Mirim (5 quilômetros). Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, a valores de 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão.

31.12.2014

	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
<u>Natureza dos custos</u>	<u>Previsão de 2015 a 2018</u>	<u>Previsão de 2015 a 2019</u>	<u>Previsão de 2015 a 2028</u>	<u>Previsão de 2015 a 2018</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	121.544	42.152	454.661	5.694	624.051
Conserva especial	<u>178.278</u>	<u>97.309</u>	<u>187.983</u>	<u>86.061</u>	<u>549.631</u>
	299.822	139.462	642.644	91.755	1.173.682

Já as concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, a valores de 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão.

31.12.2014

Natureza dos custos	Previsão de 2015 a 2033					Total
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	
Melhorias na infraestrutura	438.435	1.165.844	469.491	1.399.384	769.578	4.242.732
Recuperações/Manutenções	<u>249.832</u>	<u>372.845</u>	<u>762.749</u>	<u>602.465</u>	<u>541.865</u>	<u>2.529.755</u>
Total	<u>688.267</u>	<u>1.538.689</u>	<u>1.232.240</u>	<u>2.001.849</u>	<u>1.311.442</u>	<u>6.772.487</u>

Esses valores poderão sofrer alterações em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Para maiores detalhes acerca das fontes de financiamento para estes investimentos ver item 10.1 (f) deste formulário.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

*b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.*

A Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

*c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.*

A Companhia não introduziu novos produtos e serviços nem realizou pesquisas e desenvolvimento para novos produtos e serviços durante o exercício de 2014.

**10.11 Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes referentes ao desempenho operacional da Companhia foram divulgadas nos itens acima.



## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

### ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

A Companhia divulga a proposta de destinação do lucro líquido apurado no encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2014, nos termos do artigo 9º, §1º, inciso II, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Na tabela a seguir, apresentamos a recomendação da destinação dos lucros, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2015, assim como os dados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

R\$	2014	2013	2012	a.h. 14/13	a.h. 13/12
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>447.370.426,89</b>	<b>426.970.174,59</b>	<b>389.250.000,94</b>	<b>4,8%</b>	<b>9,7%</b>
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	(22.368.521,34)	(21.348.508,73)	(19.462.500,05)		
Dividendos propostos <sup>1</sup>	(106.250.476,39)	(202.810.832,93)	(184.893.750,44)		
Retenção de lucros	318.751.429,16	202.810.832,93	184.893.750,45		
<i>Lucro por ação (R\$)</i>	<i>1,30</i>	<i>1,24</i>	<i>1,13</i>	<i>4,8%</i>	<i>-0,3%</i>
Lucro líquido – Reserva legal (A)	425.001.905,55	405.621.665,86	369.787.500,89		
Dividendos propostos – Total (B)	106.250.476,39	202.810.832,93	184.893.750,44	-47,6%	9,7%
Dividendos por ação (R\$)	0,30847	0,58881	0,53679	-47,6%	-5,3%
(A / B)	25,00%	50,00%	50,00%		
(-) Adiantamento de dividendos nov/14	79.222.221,20				
<b>Dividendos propostos a pagar</b>	<b>27.028.255,19</b>				
<b>Dividendos propostos a pagar por ação</b>	<b>0,07846912897295</b>				
<b>Juros sobre capital próprio</b>	-	-	-		
Juros sobre capital próprio por ação	-	-	-		
<b>Total de ações</b>	<b>344.444.440</b>	<b>344.444.440</b>	<b>344.444.440</b>		
<i>Ordinárias</i>	<i>344.444.440</i>	<i>344.444.440</i>	<i>344.444.440</i>		
<i>Preferenciais</i>	-	-	-		

<sup>1</sup> Para o anos de 2013 e 2012 os valores indicados são equivalentes aos “Dividendos Distribuídos”

### **Distribuição de Dividendos:**

O estatuto social da Sociedade prevê que esta distribuirá, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos últimos exercícios sociais, a Companhia pagou integralmente os dividendos obrigatórios. Isto é, não houve retenção de dividendo obrigatório. A proposta da Administração da Companhia para o resultado do exercício de 2014 é a distribuição, através de dividendos, de 25,00% do lucro líquido referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, após a constituição da reserva legal.

Desta forma, a proposta para aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia é de distribuição de dividendos no valor de R\$ 106.250.476,39 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e nove centavos). Como a Companhia já distribuiu, em 28 de novembro de 2014, dividendos intermediários no valor de R\$ 79.222.221,20 (setenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e um reais e vinte centavos), correspondentes a R\$ 0,23 por ação ordinária, por meio de deliberação do Conselho de Administração “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, o valor líquido a ser distribuído, conforme deliberação da Assembleia será de R\$ 27.028.255,19 (vinte e sete milhões, vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos) do Lucro Líquido apurado no exercício social de 2014, correspondente a R\$ 0,07846912897295 (zero vírgula zero, sete, oito, quatro, seis, nove, um, dois, oito, nove, sete, dois, nove, cinco reais) por ação, sendo que somente os acionistas detentores de ações da Companhia na data da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 08 de abril de 2015, receberão tais dividendos.

O pagamento dos dividendos será realizado através de depósito em conta corrente.

### **Reserva Legal**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2014, foi constituída reserva legal de R\$ 22.368.521,34 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e quatro centavos), equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

$$\text{Reserva Legal} = \text{Lucro Líquido} * 5,0\%$$

### **Outras Informações Relevantes**

Além da constituição da reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos, a Administração também propôs a retenção do restante do lucro líquido da Companhia para fazer frente aos investimentos, conforme orçamento de capital (pagina 60 deste documento).

O valor proposto para a retenção em reserva de lucros é de R\$ 318.751.429,16 (trezentos e dezoito milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos).

Caso a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprove, sem ressalvas, as destinações propostas pela Administração, o valor das reservas de lucros ultrapassará o valor do capital social, ficando em desacordo com o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. Por tal razão, a Administração recomenda também a capitalização de parte do saldo das reservas que vier a exceder o capital social da companhia, no montante estimado de R\$ 159.375.714,58 (cento e cinquenta e nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos).

Não houve declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

## PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

### PARA O ANO DE 2015

O Conselho de Administração da Companhia, com base no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, submete à apreciação Vossas Senhorias, para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2015, proposta de orçamento de capital para o exercício de 2015 conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Estimativa do Fluxo de Caixa ano 2015</b>	<b>Em milhões de Reais</b>
<b>Caixa Inicial</b>	<b>1.410</b>
Fluxo de caixa gerado pelas operações após imposto de renda	1.388
Disposições de novos financiamentos e receitas financeiras menos amortizações de financiamentos e pagamentos de despesas financeiras	319
Pagamento de dividendos AGO	(27)
Pagamento de dividendos intermediários (nov/15)	(69)
<b>Caixa Disponível para Investimentos</b>	<b>3.022</b>
Investimentos previstos concessões	(2.067)
Outros investimentos em projetos e equipamentos	(11)
<b>Saldo de Caixa Final</b>	<b>943</b>

Adicionalmente, face aos compromissos de investimento assumidos perante o Poder Concedente no que tange às suas cinco concessionárias federais, a Companhia espera investir recursos da ordem de R\$ 6,8 bilhões durante todo o período de concessão. Estes investimentos em ativos imobilizados e intangíveis contemplam a construção, melhoria e manutenção dos trechos de rodovias administrados, em linha com o plano de investimento de longo prazo da Companhia e às exigências legais de seus contratos de concessão.

## PROPOSTA DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

A seguir informações em relação aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração, indicados pelo Controlador, na forma dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

#### 12.5. Cláusula compromissória do Estatuto Social para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem

O Estatuto Social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, no Estatuto Social da Companhia, bem como das disposições da Lei n.º 6.404/76, das normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, ou delas decorrentes ou a elas relacionadas, bem como as constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida na Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

#### 12.6. Membros do conselho de administração:

Segue relação dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração, indicados pelos Controladores.

	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de Eleição prevista	Data de Posse prevista	Prazo do mandato	Outros cargos na Companhia	Indicado pelo Controlador
Francisco Miguel Reynés Massanet	51 anos	Engenheiro	236.290.588-84	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Marta Casas Caba	55 anos	Advogada	235.981.678-06	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Francisco José Aljaro Navarro	53 anos	Economista	236.290.528-43	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
David Antonio Díaz Almazán	45 anos	Economista	235.981.708-66	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Diretor Presidente	SIM
Josep Lluís Giménez Sevilla	58 anos	Economista	237.838.658-32	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Benjamin Michael Vaughan	43 anos	Administrador de empresas	235.602.648-71	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Luiz Ildelfonso Simões Lopes	65 anos	Administrador de empresas	042.852.127-49	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Marcos Pinto Almeida	44 anos	Economista	835.202.366-72	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Sergio Silva de Freitas	72 anos	Economista	007.871.838-49	Conselho Independente	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM
Fernando Martínez-Caro	49 anos	Engenheiro	237.843.578-90	Conselheiro	08.04.15	08.04.15	2 anos (AGO 2017)	Não Aplicável	SIM

## **12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:**

Atualmente, a Companhia não possui nenhum comitê instalado.

## **12.8. Em relação a cada um dos candidatos a membros do Conselho de Administração, fornecer:**

a) *currículos, incluindo: (i) principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico da companhia, ou (II) de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenham ocupado em companhias abertas.*

**Francisco Miguel Reynés Massanet:** Graduado em engenharia industrial (especialidade de motores térmicos) pela UPC e MBA pela IESE, e também com cursos de pós-graduação em Administração de Empresas na Alemanha e Estados Unidos da América. Atualmente é o Diretor Geral (CEO) de Abertis Infraestructuras, e é membro dos Conselhos de Administração de Hispasat e TBI. Antes de exercer suas funções administrativas na Abertis, foi Diretor Geral da Criteria CaixaCorp, holding de participações da Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona (“La Caixa”), cuja representação incluiu os Conselhos de Administração da Gas Natural, Unión Fenosa, Agbar, Port Aventura, Boursorama. Tem seu endereço comercial em Barcelona - Espanha, Av. Parc Logístic 12-20, 08040.

**Marta Casas Caba:** Ocupou os cargos de Diretora de Fusões e Aquisições na PricewaterhouseCoopers até 2001. Desde janeiro de 2001 exerce os cargos de Diretora de Assessoria Jurídica Corporativa da Abertis Infraestructuras e Vice-Secretária Geral (desde 2010). Em 2015 foi nomeada Diretora de Compliance da Abertis. Membro dos Conselhos de Administração da TBI, Inversora en Infraestructuras, S.L. e Areamed, S.A e, até junho de 2012, da Eutelsat Communications, S.A.. Formou-se em Direito pela Universidad Autónoma de Barcelona. Tem seu endereço comercial em Barcelona - Espanha, Av. Parc Logístic 12-20, 08040.

**Francisco José Aljaro Navarro:** Graduado em Ciências empresariais pelo ICADE em 1984, iniciou sua carreira profissional na Arthur Andersen, como Gerente de Auditoria. Em seguida, juntou-se ao Grupo Cortefiel como CFO e, posteriormente, como Diretor de Estratégia, Financeiro e de Controle. Também ocupou cargos de responsabilidade na Viaplus e no Grupo González Byass. Em 2005 ingressou na Abertis Infraestructuras, S.A. como Diretor Geral Financeiro e de Desenvolvimento Corporativo, também respondendo pelas áreas de Relações com Investidores e Mercado e Controle de Gestão e Assessoria Fiscal. Também é conselheiro de sociedades do Grupo Abertis em diversos países. É membro do Registro de Economistas Auditores, do Registro Oficial de Auditores de Cuentas e do Grupo de Expertos de Mercados, ambos na Espanha. Tem seu endereço comercial em Barcelona - Espanha, Av. Parc Logístic 12-20, 08040.

**David Antonio Díaz Almazán:** É bacharel e mestre em Administração de Empresas pela ESADE Business School (Barcelona, 1988-1993, Universidad Politécnica de Cataluña). Trabalhou como Diretor de Investimentos na “La Caixa” e como analista financeiro na Caixa Holding, ambas sociedades pertencentes ao Grupo “la Caixa”. Em 2002, assumiu o cargo de Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Corporativo da Abertis. Em setembro de 2011, foi nomeado Diretor Geral da Abertis Rodovias,

América do Sul e Norte (que abrange países como Chile, Argentina, Colômbia e Estados Unidos). Entre outras concessionárias de rodovias do Grupo Abertis, é conselheiro da Rutas del Pacífico, Concesionaria del Elqui e Autopista Central no Chile, Grupo Concesionario Oeste na Argentina, Coviandes em Colombia e Metropistas em Puerto Rico. A partir de setembro de 2013, foi nomeado CEO da Arteris S.A., holding que controla nove concessões rodoviárias no Brasil. Tem seu endereço na sede da Companhia.

**Josep Lluíz Giménez Sevilla:** Graduado em Finanças e Mestrado em Gestão de Gerenciamento na EADA, completou sua formação com o Programa Senior Management (PAD) na IAE– Universidade Austral de Buenos Aires e com o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDD) do IESE. Atualmente é Diretor Geral de Desenvolvimento Industrial na Abertis Infraestructuras, bem como Conselheiro em diversas empresas do grupo. Sua trajetória profissional se inicia em 1981 em La Caja de Barcelona – atualmente “La Caixa”. Foi em 1995 Diretor de Operações e Financeiro da Imobiliária Colonial S.A., em 2001 ele se juntou a Rodovia Concessionária Espanhola (acesa) como Diretor de Concessões da América do Sul, assumindo os cargos de presidente do Grupo Concessionários do Oeste S.A (GCO) e Vice-Presidente da Autopista Del Sol (Ausol), concessionárias de acesso à cidade de Buenos Aires. Em 2007, ele se tornou o Diretor Geral da Acesa e mais tarde foi nomeado Diretor Geral Adjunto da Abertis Autopistas da Espanha e Diretor de Negócio. Até 2014, foi Diretor Geral da Abertis Autopistas da Espanha e membro de vários conselhos de administração das empresas do grupo. Tem seu endereço comercial em Barcelona - Espanha, Av. Parc Logístic 12-20, 08040

**Benjamin Michael Vaughan:** É Senior Managing Partner da Brookfield Asset Management e Diretor de Investimentos da Brookfield na América do Sul. Ben ingressou na Brookfield em 2001 como membro da equipe de desenvolvimento corporativo e se concentrou em reestruturações, financiamentos, aquisições e desinvestimentos. De 2006 a 2012, ocupou vários cargos executivos na Brookfield Renewable Energy Partners. Possui título de Auditor Público e se formou pela Queens University. Tem seu endereço comercial no Rio de Janeiro - Brasil, Rua Lauro Muller 116, 21º andar.

**Luiz Ildefonso Simões Lopes:** Acumula as funções de Senior Managing Partner da Brookfield Asset Management Inc., CEO da Brookfield Brasil Ltda. e Presidente do Conselho de Administração da Brookfield Incorporações S.A. É membro dos Conselhos de Administração da COMBRASCAN, da DALKIA Brasil S.A., da Brookfield Energia Renovável S.A, além de diretor da Brookfield Participações Ltda. Anteriormente, foi Diretor da NATIVA Construções Elétricas S.A, da Liberal CCTVM, Diretor Superintendente e membro do Conselho de Administração da Magliano S.A CCVM, e Diretor do Banco FIAT e da FIAT Leasing S.A. Foi membro dos Conselhos Empresarial da UERJ e de administração da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O Sr. Luiz é formado em administração de empresas pela Universidade Moraes Júnior, com especialização em Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas. Tem seu endereço comercial no Rio de Janeiro - Brasil, Rua Lauro Muller 116, 21º andar.

**Marcos Pinto Almeida:** Ingressou na Brookfield Asset Management em 2003. Atualmente, é Vice-Presidente Sênior da empresa e responsável pela Brookfield Infrastructure no Brasil. Possui mais de 17 anos de carreira em private equity e finanças corporativas. Sua experiência em investimentos no país inclui transações com centrais hidrelétricas, florestas, telecomunicações e linhas de transmissão. Marcos também fez captação para fundos no Brasil, Peru e Colômbia. Antes de integrar-se a Brookfield, trabalhou por seis anos no Grupo de Fusões e Aquisições da Arthur D. Little. Trabalhou para a Arthur Andersen no Brasil, Ernst & Young na Suíça e Deutsche Bank e ThyssenKrupp na Alemanha. Marcos é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), possui MBA pela Universidade de São Paulo (USP) e especialização pela Kellogg School of Management. Tem seu endereço comercial em São Paulo - Brasil, Rua João Cachoeira 1325 apto. 72.

**Sérgio Silva de Freitas:** Formou-se em Engenharia e Economia pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, e é pós-graduado em Análise Econômica pelo Ministério do Planejamento do Brasil. Foi Assessor do Ministério do Planejamento de 1964 a 1967, foi Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (1975 a 1979) e também foi Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil (1985) Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da OHL Brasil, Presidente do Conselho da Arcelor do Brasil, membro do Conselho do Banco Itaú (desde 1985), Eternit (1989 a 1992), Usinor (1999 a 2002), Arcelor (2002 a 2006), Mittal (desde 2006), Zilo Lorenzetti (desde 2005) e Fundação Catavento (2005). Tem seu endereço comercial na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 913.

**Fernando Martinez-Caro:** É Senior Vice President da Brookfield Asset Management. Antes de ingressar na Brookfield, foi Vice-Presidente de Engenharia e Infraestrutura na INMET Mining Corporation, durante 5 anos. Enquanto no INMET, Fernando também foi Diretor em diversos conselhos de subsidiárias. Anteriormente ao INMET, Fernando passou 18 anos na indústria de engenharia e construção com o Grupo Ferrovia em uma série de funções de liderança. Como um executivo sênior, Fernando liderou subsidiárias da Ferrovia em diferentes países e serviu como Diretor da Ferrovia Agroman Canada Inc., Diretor da Ferrovia Agroman UK Ltd. e, por último, presidente da Ferrovia Agroman US Corp. É graduado pela Universidad Politecnica de Madrid com um Bacharelado em Engenharia (Civil) e Mestrado em Engenharia (Civil). Ele também tem mestrado em Negócios e Administração pela IESE Business School. Tem seu endereço comercial na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1455.

*b) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional 5 ou comercial qualquer.*

Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados nos últimos 5 anos.

**12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia; c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.**

Não há ocorrência de nenhuma das relações mencionadas.



**12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da companhia e:**

*a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia:*

A Sra. Marta Casas Caba, o Sr. David Antonio Díaz Almazán e o Sr. Marcos Pinto Almeida são membros dos Conselhos de Administração das seguintes sociedades controladas pela: Autopista Fernão Dias S.A., Autopista Fluminense S.A., Autopista Litoral Sul S.A., Autopista Planalto Sul S.A., Autopista Regis Bittencourt S.A., Autovias S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., e Vianorte S.A.

*b) controlador direto do emissor:*

O Sr. Francisco Miguel Reynés Massanet é Diretor Geral (CEO) da Abertis Infraestructuras, S.A., sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia.

A Sra. Marta Casas Caba é Diretora de Assessoria Jurídica Corporativa e Vice-Secretária Geral da Abertis Infraestructuras, S.A., sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia.

O Sr. Francisco José Aljaro Navarro é Diretor Geral Financeiro e de Desenvolvimento Corporativo da Abertis Infraestructuras, S.A., sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia.

O Sr. Josep Lluís Giménez Sevilla é Diretor Geral de Desenvolvimento Industrial da Abertis Infraestructuras, S.A., sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia.

O Sr. Marcos Pinto Almeida é responsável pela Brookfield Infrastructure no Brasil, segmento de investimento em infraestrutura no Brasil da Brookfield Asset Management Inc. A Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia é uma holding de investimentos integrante do grupo Brookfield.

O Sr. Luiz Ildefonso Simões Lopes é Senior Managing Partner da Brookfield Asset Management Inc. A Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia é uma holding de investimentos integrante do grupo Brookfield.

O Sr. Benjamin Michael Vaughan é Senior Managing Partner da Brookfield Asset Management Inc. A Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia é uma holding de investimentos integrante do grupo Brookfield.

O Sr. Fernando Martinez-Caro é Senior Vice President da Brookfield Asset Management Inc. A Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, sociedade que integra o bloco de controle da Partícipes en Brasil S.L., Unipersonal, controladora direta da Companhia é uma holding de investimentos integrante do grupo Brookfield.

*c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:*

Não há. Adicionalmente, ressalta-se que não há relação de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos últimos três exercícios sociais, entre candidatos indicados e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou de suas controladoras de algumas dessas pessoas.

## PROPOSTA DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

### ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

A seguir informações em relação aos candidatos aos cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, indicados pelo Controlador, na forma dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

#### 12.5. Cláusula compromissória do Estatuto Social para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem

O Estatuto Social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, no Estatuto Social da Companhia, bem como das disposições da Lei n.º 6.404/76, das normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, ou delas decorrentes ou a elas relacionadas, bem como as constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida na Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

#### 12.6. Membros do conselho fiscal:

Segue relação dos candidatos aos cargos de membros do Conselho Fiscal, indicados pelos Controladores.

	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Data de Eleição prevista	Data de Posse prevista	Prazo do mandato	Outros cargos na Companhia	Indicado pelo Controlador
Luiz Fernando Parente	60 anos	Economista	347.559.777-20	Conselheiro Efetivo	23.04.15	06.05.15	1 ano	Não Aplicável	SIM
Evelyn Joerg	33 anos	Administradora	233.454.718-25	Conselheiro Efetivo	23.04.15	06.05.15	1 ano	Não Aplicável	SIM
Luiz Gustavo Rodrigues Pereira	38 anos	Economista	037.662.427-25	Conselheiro Efetivo	23.04.15	06.05.15	1 ano	Não Aplicável	SIM
Isacson Casiuch	58 anos	Advogado e Economista	595.293.267-34	Conselheiro Suplente	23.04.15	06.05.15	1 ano	Não Aplicável	SIM

#### 12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Atualmente, a Companhia não possui nenhum comitê instalado.

## 12.8. Membros do Conselho Fiscal

- a) currículos, incluindo: (i) principais experiências profissionais durante os últimos cinco anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo, atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico da companhia, ou (II) de sócios com participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia; (ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenham ocupado em companhias abertas.

**Luiz Fernando Parente:** Ingressou na Brookfield Brasil em 1979. Atualmente é diretor da BRKB DTVM (nova denominação do Banco Brascan) e diretor financeiro da Combrascan Shopping Centers, proprietária e responsável pela operação do Rio Sul Shopping Center no Rio de Janeiro, Possui mais de 30 anos de carreira na área financeira como auditor, controller e diretor de companhias holding e instituições financeiras do Grupo Brookfield. Durante 10 anos atuou como Gerente de Auditoria do Grupo, atuando em todas as atividades mantidas no Brasil. Antes de integrar-se a Brookfield, trabalhou por três anos na Cia Vale do Rio Doce. Parente é formado em Economia pela Instituto Bennett no Rio de Janeiro. Tem seu endereço comercial na Rua Lauro Müller, 116, 21º andar, Rio de Janeiro.

**Evelyn Joerg:** ingressou na Brookfield em 2011 como gerente financeira do Fundo multi-setorial de Private Equity da empresa no Brasil. Antes de se juntar à Brookfield, Evelyn trabalhou na PricewaterhouseCoopers em Toronto e no Rio de Janeiro, onde focou principalmente, em empresas multinacionais e empresas juniores de mineração. Evelyn é uma CFA Charterholder, uma Chartered Accountant no Canadá e possui formação em Comércio pela Universidade Queen's no Canadá. Tem seu endereço comercial na Rua Lauro Müller, 116, 21º andar, Rio de Janeiro.

**Luiz Gustavo Rodrigues Pereira:** é Controller da Brookfield Brasil. Ele está baseado no Rio de Janeiro e possui mais de 15 anos de experiência em finanças, auditoria e contabilidade. Luiz Gustavo se juntou à Brookfield em 2009, iniciando como Controller de Fundos de Private Equity. Antes disso foi Gerente de auditoria tendo atuado em IPOs, due-diligences e auditorias em IFRS e US-GAAP, de grupos como Endesa, Energisa, CSN, dentre outros. Luiz Gustavo é bacharel em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e em Ciências Contábeis pela Estácio de Sá. Tem seu endereço comercial na Rua Lauro Müller, 116, 21º andar, Rio de Janeiro.

**Isacson Casiuch:** Advogado e economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com Mestrado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e MBA pelo IBMEC. Trabalhou por 4 anos no Chase Manhattan Bank, por 9 anos no Banco Garantia S.A e ocupou cargos de diretoria no Banco Votorantim, onde permaneceu por 6 anos. Durante 12 anos trabalhou no Banco Brascan (Brookfield), sendo Sócio e Diretor-Executivo nas áreas de Investment Banking, Underwriting e Distribuição, Corporate e Crédito. Entre 2008 e 2012 foi Sócio e Diretor do Banco Modal onde liderou as áreas Investment Banking, Corporate e Crédito, assim como na estruturação da atividade e da equipe de Private Equity, atuando diretamente no Fundo de Óleo e Gás e no Fundo Coliseu, onde foi membro do Conselho de Administração da TAESA S.A.. Retornou à Brookfield como Diretor de Fundo de Private Equity e coordenador de todo o grupo com o mercado financeiro e estruturas financeiras. Atualmente também é membro do Conselho de Administração da Brasoil S.A. Participou até 2010 dos Comitês da Anbima (Comissão de Finanças Corporativas, Comissão de Fundos e coordenador da comissão de Financiamento de Projetos). Tem seu endereço comercial na Rua Lauro Müller, 116, 21º andar, Rio de Janeiro.

*(b) ocorrência de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 cinco anos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional 5 ou comercial qualquer.*

Não houve ocorrência de nenhum dos eventos mencionados nos últimos 5 anos.

**12.9 Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre: a) administradores da Companhia; b) administradores da Companhia e administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia; c) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.**

Não há ocorrência de nenhuma das relações mencionadas.

**12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da companhia e: a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia b) controlador direto do emissor; c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.**

Não há ocorrência de nenhuma das relações mencionadas entre os indicados para os cargos de membro do Conselho Fiscal.

## PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

### ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta (i) de remuneração global anual dos Administradores da Companhia em até R\$ 17 milhões, incluídos os encargos sociais e previdenciários, e (ii) de remuneração para cada membro do Conselho Fiscal, nos termos previstos no §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76, correspondente à 10% (dez por cento) da remuneração média de Diretor da Companhia.

#### 13.1. Política ou prática de remuneração dos Administradores

*a) objetivos da política ou prática de remuneração*

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos.

Os Diretores Estatutários são empregados da Companhia e fazem jus a remuneração fixa anual calculada na forma da lei e ainda podem receber, como remuneração variável, uma gratificação variável anual baseada no Programa de Participação de Resultados - PPR. O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração são compostos por profissionais autônomos e não recebem nenhum tipo de variável.

Além da gratificação, a empresa e suas subsidiárias possuem programa de participação nos resultados que abrange todos os seus empregados, inclusive Diretores Estatutários. O plano prevê pagamento aos empregados com base em avaliação individual e metas empresariais.

*b) composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e respectivos objetivos; (ii) a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração*

#### Remuneração fixa anual

A administração recebe remuneração mensal fixa de acordo com os critérios definidos em lei, demonstrada neste formulário com os devidos valores de verbas salariais e encargos diretos e benefícios diretos, tais como plano médico privado, auxílio refeição, seguro de vida em grupo. Os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa pelos serviços prestados como profissionais.

### Remuneração variável anual

A remuneração variável da diretoria estatutária será determinada pelo PPR – Plano de Participação nos Resultados vigente. Considera-se ainda a avaliação individual de cada profissional e o alcance de metas determinadas pela Companhia.

No último exercício, a proporção de cada elemento na remuneração total está indicada na tabela abaixo:

2014	Remuneração Fixa				Remuneração Variável			Total
	Salários	Benefícios	Participação em Reuniões	Outros (*)	Bônus	Participação Resultados	Outros (*)	
Conselho de Administração	98%	2%	-	-	-	-	-	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	-	-	100%
Diretoria estatutária	46%	7%	0%	13%	3%	31%	0%	100%

O reajuste da remuneração da diretoria estatutária é feito anualmente e de acordo com o índice divulgado pelo sindicato da categoria. O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e Fiscal é definido em assembleia geral.

c) *principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração*

Não são estabelecidos indicadores de desempenho para a remuneração fixa. Para a remuneração variável, os indicadores serão previstos no PPR, e os principais são:

- Financeiros: EBITDA; Despesas Operacionais
- Segurança: Cumprimento da política e procedimentos internos
- Investimento: Cumprimento de cronogramas de obras
- Avaliação de Desempenho Individual: performance individual sobre entrega esperada para a área de responsabilidade e para a Companhia.

A remuneração total dos membros do Conselho de Administração e Fiscal é estabelecida pela assembleia geral e a dos diretores estatutários pelo Conselho de Administração.

d) *como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho*

Conforme item “c” acima, a remuneração fixa não está diretamente atrelada aos indicadores de desempenho, mas sim a prática de mercado, com monitoramento anual através de pesquisas salariais, na avaliação individual de cada profissional e no alcance de metas determinados pela Companhia. Já a remuneração variável está 100% baseada no PPR – Programa de Participação nos Resultados, e busca considerar um equilíbrio entre a performance individual versus o desempenho das metas da Companhia.

*e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo*

A Companhia busca, através da adoção de salários e benefícios compatíveis com o mercado, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro de colaboradores, profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

Por meio do PPR – Programa de Participação nos Resultados, buscamos alinhar os interesses da Companhia de curto e médio prazo ao plano de bonificação dos executivos.

*f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos*

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

*g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia*

Não há.



**13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

<b>Exercício Social em 31/12/2015 (Estimativa em Reais)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros (*)</b>	<b>11,00</b>	<b>6,00</b>	<b>6,00</b>	<b>23,00</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>3.810.000</b>	<b>8.775.000</b>	<b>433.000</b>	<b>13.018.000</b>
- Salário ou pró-labore	3.530.000	6.200.000	363.000	10.093.000
- Benefícios diretos e indiretos	50.000	475.000	-	525.000
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	230.000	2.100.000	70.000	2.400.000
<b>Remuneração variável anual</b>	<b>-</b>	<b>4.415.000</b>	<b>-</b>	<b>4.415.000</b>
- Bônus	-	415.000	-	415.000
- Participação nos resultados	-	4.000.000	-	4.000.000
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.810.000</b>	<b>13.190.000</b>	<b>433.000</b>	<b>17.433.000</b>

<b>Numero de membros - 2015</b>	<b>C. Adm</b>	<b>Diretoria</b>	<b>C. Fiscal</b>
Jan	11	6	6
Fev	11	6	6
Mar	11	6	6
Abr	11	6	6
Mai	11	6	6
Jun	11	6	6
Jul	11	6	6
Ago	11	6	6
Set	11	6	6
Out	11	6	6
Nov	11	6	6
Dez	11	6	6
<i>Total</i>	<i>132</i>	<i>72</i>	<i>72</i>
Media ano (/12)	11,00	6,00	6,00

Exercício Social em 31/12/2014 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros (*)</b>	<b>11,00</b>	<b>6,33</b>	<b>5,67</b>	<b>23,00</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>2.116.764</b>	<b>7.455.222</b>	<b>316.964</b>	<b>9.888.950</b>
- Salário ou pró-labore	1.861.107	5.209.928	264.137	7.335.172
- Benefícios diretos e indiretos	39.222	767.660	-	806.882
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	216.435	1.477.634	52.827	1.746.896
<b>Remuneração variável anual</b>	<b>-</b>	<b>3.759.681</b>	<b>-</b>	<b>3.759.681</b>
- Bônus	-	300.000	-	300.000
- Participação nos resultados	-	3.459.681	-	3.459.681
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL <sup>2</sup></b>	<b>2.116.764</b>	<b>11.214.903</b>	<b>316.964</b>	<b>13.648.631</b>

(1) Inclui Encargos

(2) Do total da remuneração da Administração, R\$ 7.537,16 mil foram rateados contabilmente como custos nas subsidiárias do Grupo Arteris

Obs. (\*): O cálculo do número de membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente dividido por 12 meses, com duas casas decimais.

Numero de membros - 2014 (Real)	C. Adm	Diretoria	C. Fiscal
Jan	11	7	6
Fev	11	7	6
Mar	11	7	6
Abr	11	7	6
Mai	11	6	5
Jun	11	6	5
Jul	11	6	5
Ago	11	6	5
Set	11	6	6
Out	11	6	6
Nov	11	6	6
Dez	11	6	6
<i>Total</i>	<i>132</i>	<i>76</i>	<i>68</i>
Media ano (/12)	11,00	6,33	5,67

Exercício Social em 31/12/2013 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros (*)</b>	<b>10,42</b>	<b>7,00</b>	<b>6,00</b>	<b>23,42</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>977.063</b>	<b>7.922.928</b>	<b>180.237</b>	<b>9.080.228</b>
- Salário ou pró-labore	977.063	5.541.161	180.237	6.698.461
- Benefícios diretos e indiretos	-	350.387	-	350.387
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	-	2.031.380	-	2.031.380
<b>Remuneração variável anual</b>	<b>-</b>	<b>3.226.536</b>	<b>-</b>	<b>3.226.536</b>
- Bônus	-	200.000	-	200.000
- Participação nos resultados	-	3.026.536	-	3.026.536
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>977.063</b>	<b>11.149.464</b>	<b>180.237</b>	<b>12.306.764</b>

(1) Encargos

Obs. (\*): O cálculo do número de membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente dividido por 12 meses, com duas casas decimais.

Numero de membros 2013	C. Adm	Diretoria	C. Fiscal
Jan	10	7	6
Fev	10	7	6
Mar	10	7	6
Abr	10	7	6
Mai	10	7	6
Jun	10	7	6
Jul	10	7	6
Ago	11	7	6
Set	11	7	6
Out	11	7	6
Nov	11	7	6
Dez	11	7	6
<i>Total</i>	<i>125</i>	<i>84</i>	<i>72</i>
<i>Media ano (/12)</i>	<i>10,42</i>	<i>7,00</i>	<i>6,00</i>

Exercício Social em 31/12/2012 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros (*)</b>	<b>8,17</b>	<b>6,75</b>	<b>6,00</b>	<b>20,92</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>146.176</b>	<b>4.761.058</b>	<b>180.000</b>	<b>5.087.234</b>
- Salário ou pró-labore	146.176	3.315.206	180.000	3.641.382
- Benefícios diretos e indiretos	-	228.929	-	228.929
- Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	-	1.216.924	-	1.216.924
<b>Remuneração variável anual</b>	<b>-</b>	<b>2.377.173</b>	<b>-</b>	<b>2.377.173</b>
- Bônus	-	1.136.519	-	1.136.519
- Participação nos resultados	-	821.184	-	821.184
- Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros <sup>1</sup>	-	419.470	-	419.470
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>146.176</b>	<b>7.138.231</b>	<b>180.000</b>	<b>7.464.407</b>

(1) Encargos

Obs. (\*): O cálculo do número de membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente dividido por 12 meses, com duas casas decimais.

Numero de membros 2012	C. Adm	Diretoria	C. Fiscal
Jan	8	6	6
Fev	8	6	6
Mar	8	6	6
Abr	8	7	6
Mai	8	7	6
Jun	8	7	6
Jul	8	7	6
Ago	8	7	6
Set	8	7	6
Out	8	7	6
Nov	8	7	6
Dez	10	7	6
<i>Total</i>	<i>98</i>	<i>81</i>	<i>72</i>
Media ano (/12)	8,17	6,75	6,00

### 13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Os membros do conselho de administração e fiscal não fazem jus à remuneração variável. Apenas os diretores estatutários possuem remuneração variável na forma de PPR e bônus, com valor máximo para pagamento do bônus descrito, assim como no plano de participação nos resultados. Não há plano de opções de ações (stock option). Valores estão em Reais.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente - 2015 (Estimativa)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	<b>11,00</b>	<b>6,00</b>	<b>6,00</b>	<b>23,00</b>
<b>Bônus e Outros (*)</b>	<b>0</b>	<b>415.000</b>	<b>-</b>	<b>415.000</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	415.000	-	415.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>	<b>-</b>	<b>4.000.000</b>	<b>-</b>	<b>4.000.000</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.000.000	-	4.000.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.500.000	-	3.500.000
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>4.415.000</b>	<b>-</b>	<b>4.415.000</b>

(\*) Outros: Encargos

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	<b>11,00</b>	<b>6,33</b>	<b>5,67</b>	<b>23,00</b>
<b>Bônus e Outros (*)</b>	-	<b>300.000</b>	-	<b>300.000</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	300.000	-	300.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados</b>	-	<b>3.459.681</b>	-	<b>3.459.681</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.459.681	-	3.459.681
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.459.681	-	3.459.681
Valor efetivamente reconhecido nos resultados da Companhia	-	3.459.681	-	3.459.681
<b>Total</b>	-	<b>3.759.681</b>	-	<b>3.759.681</b>

(\*) Outros: Encargos

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	<b>10,40</b>	<b>7,00</b>	<b>6,00</b>	<b>23,00</b>
<b>Bônus e Outros (*)</b>	-	<b>200.000</b>	-	<b>200.000,00</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	200.000	-	200.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido nos resultados da Companhia	-	200.000	-	200.000
<b>Participação nos resultados</b>	-	<b>3.026.536</b>	-	<b>3.026.536</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.026.536	-	3.026.536
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	3.026.536	-	3.026.536
Valor efetivamente reconhecido nos resultados da Companhia	-	3.026.536	-	3.026.536
<b>Total</b>	-	<b>3.226.536</b>	-	<b>3.226.536</b>

(\*) Outros: Encargos

Remuneração variável para o exercício social encerrado em 31/12/2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº de membros</b>	<b>8,17</b>	<b>6,75</b>	<b>6,00</b>	<b>20,92</b>
<b>Bônus e Outros (*)</b>	-	<b>1.555.988</b>	-	<b>1.555.988</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.555.988	-	1.555.988
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido nos resultados da Companhia	-	1.555.988	-	1.555.988
<b>Participação nos resultados</b>	-	<b>821.184</b>	-	<b>821.184</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	821.000	-	821.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	821.000	-	821.000
Valor efetivamente reconhecido nos resultados da Companhia	-	821.000	-	821.000
<b>Total</b>	-	<b>2.377.172</b>	-	<b>2.377.172</b>

(\*) Outros: Encargos

#### 13.4. Descrição do plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações (*stock option*).

#### 13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Arteris	5	-	5
Autovias	-	-	N/A
Centrovias	-	-	N/A
Intervias	-	-	N/A
Vianorte	-	-	N/A
Planalto Sul	-	-	N/A
Litoral Sul	-	-	N/A
Fluminense	-	-	N/A
Fernão Dias	-	-	N/A
Régis Bittencourt	-	-	N/A

(\*) Para evitar duplicidade de informações, as ações detidas por membros que acumulam funções na diretoria e no conselho foram computadas uma única vez.

N/A – Não se aplica (conselho fiscal não está instalado).

**13.6. Informações a respeito da remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não havia remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais. A Companhia não tem previsão de estabelecer plano de remuneração baseada em ações para o exercício corrente.

**13.7. Informações a respeito das opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social**

Ao final do último exercício social a Companhia não possuía opções em aberto para o Conselho de Administração ou para a Diretoria Estatutária.

**13.8. Informações a respeito das opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Nos últimos três exercícios sociais não houve opções exercidas ou ações entregues ao Conselho de Administração ou diretoria estatutária, uma vez que a Companhia não adota remuneração baseada em ações.

**13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

Não há, uma vez que a Companhia não adota remuneração baseada em ações.

**13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores.

**13.11. Informações a respeito da remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

<b>2014 (em Reais)</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Nº de membros	11,00	6,33	5,67
Valor da maior remuneração	305.000	2.340.000	56.400
Valor da menor remuneração	156.000	676.000	30.000
Valor médio da remuneração	192.433	1.770.774	55.935



2013 (em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	10,42	7,00	6,00
Valor da maior remuneração	127.503	1.646.088	30.000
Valor da menor remuneração	89.583	588.226	30.000
Valor médio da remuneração	93.798	1.592.780	30.000

2012 (em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	8,17	6,75	6,00
Valor da maior remuneração	100.000	1.827.462	30.000
Valor da menor remuneração	4.800	673.006	30.000
Valor médio da remuneração	17.892	1.057.574	30.000

**13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia)**

Não há.

**13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

Órgão	2012	2013	2014
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	13,00%	63,64%	63,64%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	0,00%

**13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

Não há.

**13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais**

Os membros do Conselho de Administração que exercem funções executivas na Abertis Infraestructuras, S.A. e Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, assim como nossos demais conselheiros e diretores, não recebem remuneração correspondente as funções exercidas na Arteris que não estejam reconhecidos nos resultados da Companhia. Dessa forma, conforme já mencionado no item 13.1.f, não há valores reconhecidos nos resultados de Controladores, diretos ou indiretos, de Sociedades sob controle comum e de Controladas da Companhia, no que se refere a remuneração total da administração.

<b>Exercício social 2014 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício social 2014 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício social 2013 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício social 2013 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício social 2012 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>Exercício social 2012 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

### **13.16. Outras informações relevantes**

Não há.

## **PROPOSTA DE ALTERAÇÕES**

### **NO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

Será submetida à deliberação na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 08 de abril de 2015, proposta de alteração à redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Em cumprimento aos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, são apresentadas a seguir as alterações propostas, bem como respectivas justificativas e efeitos.

Por fim, apresentamos a proposta de nova redação do estatuto social, com marcas, em versão consolidada.

**Proposta e Justificativa de Alterações ao Estatuto Social da Companhia:**

Item	Redação Atual	Redação Proposta	Justificativa e Efeitos
Artigo 5º: alteração do <i>caput.</i>	Artigo 5º - O capital social subscrito é de R\$ 873.821.812,30 (oitocentos e setenta e três milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e doze reais e trinta centavos), dividido em 344.444.440 (trezentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Artigo 5º - O capital social subscrito é de <u>R\$ 1.033.197.526,88 (um bilhão, trinta e três milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos)</u> <del>R\$ 873.821.812,30 (oitocentos e setenta e três milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e doze reais e trinta centavos)</del> , dividido em 344.444.440 (trezentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	O aumento de capital decorre da capitalização de parte das reservas de lucros, caso aprovada a proposta da administração, a fim de cumprir com os termos do art. 199 da LSA.

A seguir versão consolidada da proposta do novo Estatuto Social:

**ESTATUTO SOCIAL DA  
ARTERIS S.A.**

**CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67  
NIRE 35.300.322.746**

**CAPÍTULO I**

**DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A **ARTERIS S.A.** é uma sociedade anônima, que se rege por este Estatuto Social e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

§1º Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Novo Mercado”).

§2º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

**Artigo 2º** - A Companhia tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 9º andar, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e pode, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, manter e fechar filiais, escritórios, depósitos ou agências de representações, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades:

- i) execução por administração, empreitada ou sub-empreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto o fornecimento pela Companhia de mercadorias fora do local de prestação dos serviços;
- ii) realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil;
- iii) realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplanagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral;
- iv) exploração direta e/ou através de consórcios, de negócios relativos à obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando, à parcerias público-privada, autorizações, permissões e concessões; v) exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral; e

- vi) participação em outras sociedades que desenvolvam atividades relacionadas às descritas nos itens (i) a (v) acima.

**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia será por tempo indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

Artigo 5º - O capital social subscrito é de R\$ 1.033.197.526,88 (um bilhão, trinta e três milhões, cento e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos) ~~R\$ 873.821.812,30 (oitocentos e setenta e três milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e doze reais e trinta centavos)~~, dividido em 344.444.440 (trezentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§1º Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§2º As ações da Companhia serão escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e indicada pelo Conselho de Administração, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

§3º A não realização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo correspondente órgão da administração, fará com que o mesmo fique, de pleno direito, constituído em mora, para fins dos artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou seu substituto, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% ao ano, *pro rata temporis* e multa correspondente a 10% do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

§4º Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei nº 6.404/76, conforme alterações posteriores.

**Artigo 6º** - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

## **CAPÍTULO III**

### **DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

#### **SEÇÃO I – DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 7º** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

§1º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada nos termos da Lei ou deste Estatuto Social.

§2º A Assembleia Geral será instalada e presidida por acionista escolhido pelos presentes, o qual indicará um secretário para auxiliá-lo.

§ 3º Para participar das Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com até 05 (cinco) dias de antecedência: (i) documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição escrituradora; (iii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

**Artigo 8º** - Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos societários:

- (i) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”);
- (ii) escolher, dentre as instituições qualificadas na forma do item (vi) do §2º do Artigo 27 deste Estatuto Social, indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, aquela que será responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, que deverá satisfazer os requisitos do §1º do artigo 8º da Lei 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, saída do Novo Mercado ou de realização de oferta pública de aquisição (“OPA”) referida no Capítulo VI deste Estatuto Social; e
- (iii) autorizar previamente a prática de atos por qualquer diretor, empregado ou procurador da Companhia, em nome desta, e que sejam estranhos ao objeto social, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias em favor de terceiros ou de sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento, direta ou indiretamente, sem controlá-la.

§1º Nos casos de saída do Novo Mercado ou de cancelamento de registro de companhia aberta, a deliberação a que se refere o item (ii) deste artigo deverá ser tomada, não se computando os votos em branco, por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação, conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Ações em Circulação”) presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, que, se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou, se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§2º Os custos de preparação do laudo de avaliação referido no item (ii) deste Artigo deverão ser suportados integralmente pelo ofertante, nos casos de saída da Companhia do Novo Mercado ou de cancelamento de seu registro de companhia aberta.

## SEÇÃO II

### DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

#### SUBSEÇÃO I



## DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 9º** - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

§1º A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos Administradores. Se fixada globalmente, caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

§2º A posse dos administradores estará condicionada à assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Termo de Anuência ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, bem como a outros termos e declarações exigidos pela regulamentação aplicável à Companhia e aos seus administradores.

§3º Os administradores da Companhia deverão aderir ao Manual de Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do Termo respectivo.

## SUBSEÇÃO II

### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Artigo 10** - O Conselho de Administração será composto por um mínimo de cinco e um máximo de dez membros efetivos, indicados pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§1º O Conselho de Administração reunir-se-á trimestralmente ou sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, ou pela maioria de seus membros, através de carta, telegrama, *fac-símile*, correio eletrônico, ou outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 48 horas, podendo tal convocação ser dispensada se presente a totalidade dos conselheiros.

§2º Em caso de vacância de um ou mais dos cargos de conselheiro, o Conselho de Administração elegerá um ou mais conselheiros substitutos o(s) qual(is) permanecerá(ão) no cargo até a primeira Assembleia Geral que se realizar após aquela data. Para os fins deste Estatuto Social, considerar-se-á ocorrida a vacância em caso de morte, incapacidade permanente, renúncia, destituição ou ausência injustificada em mais de 3 (três) reuniões consecutivas.

§3º Em caso de ausência ou impedimento temporários não relacionados a conflito de interesses, os membros do Conselho de Administração serão substituídos por outro conselheiro, munido de procuração com poderes específicos. O conselheiro que estiver substituindo o conselheiro ausente ou impedido, além de seu próprio voto, expressará o do conselheiro ausente.

§4º Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por intermédio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho por carta, *fac-símile* ou correio eletrônico logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro.

§5º O conselheiro deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar

interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo conselheiro caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

§6º No mínimo, vinte por cento (20%) dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, § 4º e 5º da Lei 6.404/76.

§7º Quando, no processo de eleição do(s) Conselheiro(s) Independente previsto no parágrafo imediatamente acima, tendo em vista a observância do percentual mínimo nele mencionado, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

**Artigo 11** - O Conselho de Administração poderá determinar a criação de comitês de assessoramento destinados a auxiliar os respectivos membros do Conselho de Administração, bem como definir a respectiva composição e atribuições específicas.

**Artigo 12** - O Conselho de Administração terá um Presidente, eleito pela maioria de votos de seus membros na primeira reunião após a posse de tais membros ou sempre que ocorrer vacância naquele cargo.

**Artigo 13** - O Conselho de Administração instalar-se-á e deliberará validamente pelo voto favorável da maioria de seus membros eleitos, cabendo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o voto de qualidade no caso de empate, com exceção da hipótese prevista no §1º do art. 14 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único – As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes.

**Artigo 14** - Além das atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, políticas e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia;
- (ii) aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia, bem como acompanhar a sua execução;
- (iii) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e competências;
- (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, bem como sobre quaisquer outros atos;
- (v) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais, a cada um dos membros da administração da Companhia;
- (vi) atribuir aos membros da administração a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários;

- (vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, autorizar a distribuição de dividendos intermediários e, se distribuídos estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros a que farão jus os administradores;
- (viii) escolher e destituir os auditores independentes, convocando-os para prestar esclarecimentos sempre que entender necessários;
- (ix) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária;
- (x) submeter à deliberação da Assembleia Geral proposta de alteração deste Estatuto Social;
- (xi) aprovar a prestação de fiança, aval ou outra garantia em favor de sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento, direta ou indiretamente, de forma a controlá-la, com exceção dos casos em que tal competência for da Diretoria;
- (xii) fixar critérios gerais de remuneração e política de benefícios (benefícios indiretos, participação no lucro e/ou nas vendas) da administração e dos funcionários de escalão superior (como tal entendidos os superintendentes ou ocupantes de cargos de direção equivalentes) da Companhia;
- (xiii) aprovar a criação e extinção de controladas e a participação da Companhia no capital de outras sociedades, no País ou no exterior;
- (xiv) deliberar sobre aquisição, alienação a qualquer título, inclusive conferência ao capital de outra sociedade, transferência ou cessão a qualquer título ou, ainda, oneração de parte substancial do ativo permanente da Companhia, em operação isolada ou conjunto de operações no período de 12 (doze) meses, como tal entendendo-se (a) bens e/ou direitos em valor superior a R\$ 20.000.000,00; (b) direitos, licenças, autorizações, permissões ou concessões governamentais de que seja titular a Companhia; e (c) ativos da Companhia que correspondam a um conjunto destinado à exploração de um determinado negócio ou atividade da Companhia; sendo que nos casos (b) e (c) supra, independentemente do respectivo valor;
- (xv) aprovar quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia e seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços e outras entidades com que mantenha relacionamento comercial, ou suas prorrogações, entendidos como tais os contratos com prazo de duração maior do que 36 meses, exceto com concessionárias de serviços públicos ou outros que obedeçam a condições uniformes;
- (xvi) aprovar contratos que representem responsabilidades ou renúncia de direitos para a ou pela Companhia e que envolvam valores, individualmente ou de forma agregada no período de 12 meses, superiores a R\$ 10.000.000,00, bem como a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, no mercado local ou externo, sejam “*bonds*”, “*commercial papers*” ou outros de uso comum no mercado, deliberando, ainda, sobre suas condições de emissão, amortização e resgate, conforme o caso;
- (xvii) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia e manifestar-se, previamente, sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (xviii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

- (xix) definir a lista tríplice de instituições de reputação internacional, independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e/ou Acionista Controlador e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, na forma qualificada no item (vi) do §2º do Artigo 27, deste Estatuto Social, a ser submetida à Assembleia Geral para a escolha da instituição responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, saída do Novo Mercado ou de realização da OPA referida no Capítulo VI deste Estatuto Social;
- (xx) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (xxi) fixar o voto a ser dado pelo representante da Companhia nas Assembleias Gerais e reuniões das sociedades em que participe como sócia ou acionista, aprovar previamente as alterações do contrato social ou do estatuto social das sociedades em que a Companhia participa, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia; e
- (xxii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital de oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto de acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

§1º Dependerá da aprovação com voto afirmativo de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos membros do Conselho de Administração presentes em uma reunião regularmente convocada, qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior, no período de um ano, a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), entre a Companhia e (i) seus acionistas controladores, (ii) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle das pessoas jurídicas controladoras da sociedade, ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos acionistas controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge, detenham participação societária, sendo nesses casos facultado a quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração, em conjunto, solicitar previamente, por escrito e em prazo que não inviabilize a realização da transação, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará a proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*). Independentemente do valor envolvido, todas as transações entre a Companhia e as pessoas acima previstas devem ser realizadas em termos e condições de mercado (“*arms' length*”).

§ 2º Os valores mencionados neste artigo, em moeda corrente do país, serão corrigidos anualmente a partir de junho de 2005, pelo índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice de base equivalente que venha a substituí-lo.

### SUBSEÇÃO III

#### DIRETORIA

**Artigo 15** - A Diretoria será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, sete Diretores, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Jurídico e dois um Diretores sem designação específica, todos com mandato de um ano, permitida a reeleição.

§1º O Presidente do Conselho de não poderá exercer o cargo de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia simultaneamente, e vice-versa.

§2º Compete à Diretoria, além das atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem, o seguinte:

a) ao Diretor-Presidente:

- (i) dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia;
- (ii) coordenar e orientar a atividade de todos os demais Diretores, nas suas respectivas áreas de competência;
- (iii) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor; e
- (iv) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria;

b) Ao Diretor Vice-Presidente:

- (i) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia, coordenando os processos de planejamento;
- (ii) avaliar o potencial de novos negócios; e
- (iii) substituir o Diretor-Presidente quando de sua ausência ou impedimento nas atribuições que lhe forem delegadas pela Lei, por este Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração;

c) Diretor Administrativo-Financeiro:

- (i) acompanhar e coordenar a área administrativa e financeira da Companhia;
- (ii) coordenar a elaboração das normas ou instruções necessárias à estruturação e administração da Companhia;

d) Ao Diretor de Relações com Investidores:

- (i) prestar informações ao público investidor, à Comissão de Valores Mobiliários e às bolsas de valores e, se for o caso, mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais; e,
- (ii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo todos os requisitos, legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, brasileiras ou estrangeiras, no que lhe for aplicável;

e) Diretor Jurídico:

- (i) dirigir os assuntos da área jurídica da Companhia;
- (ii) informar e prestar informações à Diretoria sobre andamento de questões jurídicas da Companhia.

§3º Ocorrendo vacância de cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e a respectiva remuneração.

§4º A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Companhia em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que contiver a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário.

§5º A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e a convocação cabe a qualquer Diretor.

§6º A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

§7º As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

§8º As deliberações da Diretoria em reunião, validamente instalada, serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

**Artigo 16** - A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para alienar e onerar bens do ativo permanente, ressalvado o disposto no item (xiv) do Artigo 14 ou renunciar a direitos, exceto com relação aos assuntos cuja deliberação incumbe ao Conselho de Administração, bem como a transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- (i) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o plano de trabalho, plano de investimento, novos programas de expansão da Companhia, e de sociedades investidas, se houver;
- (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o orçamento anual da Companhia e suas revisões;
- (iii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (iv) apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Administração, o balanço patrimonial detalhado e as demais demonstrações financeiras da Companhia exigidas na legislação aplicável;
- (v) aprovar a prestação de fiança, aval ou outra garantia em favor de sociedade em que a Companhia houver efetuado investimento, direta ou indiretamente, de forma a controlá-la, especificamente e independentemente do valor, nos casos de seguro garantia contratados para garantir as obrigações decorrentes dos Contratos de Concessão celebrados pelas sociedades controladas pela Companhia, incluindo, mas não se limitando (i) aos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração das rodovias; (ii) às obrigações relativas as funções operacionais e de conservação, incluindo o pagamento do valor mensal variável; (iii) às obrigações relativas ao pagamento do valor fixo; e (iv) às obrigações relativas as funções de ampliações; e

- (vi) observar e executar as deliberações do Conselho de Administração, da Assembleia Geral e deste Estatuto Social.

**Artigo 17** - Os atos que criarem responsabilidade para com a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos se tiverem:

- (i) a assinatura conjunta de dois membros da Diretoria;
- (ii) a assinatura conjunta de um membro da Diretoria e de um procurador da Companhia; ou
- (iii) a assinatura conjunta de dois procuradores nomeados conforme procuração em vigor.

§1º A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

§2º - Os mandatos serão sempre assinados por dois Diretores e outorgados para fins específicos e por prazo determinado, não excedente de um ano, salvo se houver deliberação expressa do Conselho de Administração da Companhia sobre seu prazo, ou os que contemplarem os poderes da cláusula *ad judicium*, que poderão ser outorgados por um Diretor e por prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 18** - A Companhia terá um Conselho Fiscal integrado por três membros efetivos e igual número de suplentes, de funcionamento não permanente, cuja instalação e atribuições obedecerão à Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

## **CAPÍTULO V**

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

**Artigo 19** - O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano.

**Artigo 20** - Ao fim de cada exercício social, e no último dia de cada trimestre civil, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas nas disposições legais em vigor.

§1º O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucros ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais ou trimestrais, que serão considerados antecipação do dividendo mínimo obrigatório a que se refere o Artigo 22 .

§2º A Diretoria poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais e declarar dividendos com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.

**Artigo 21** - O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

§ 1º O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação à reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

§ 2º A participação dos administradores nos lucros da Companhia, quando atribuída, não excederá o valor total da remuneração anual dos administradores, nem 10% (dez por cento) do lucro ajustado do exercício.

**Artigo 22** - A Companhia distribuirá, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Único: Os lucros remanescentes não destinados na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 21 acima deverão ser distribuídos como dividendos.

**Artigo 23** - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros forem pagos ou creditados, sempre como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

## CAPÍTULO VI

### ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO

**Artigo 24** - A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos outros acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador alienante.

**Artigo 25** - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:

- (i) havendo cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações ou que dêem direito à sua subscrição, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; e
- (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o mesmo Acionista Controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

**Artigo 26** - Aquele que adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:



- (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 24 acima; e
- (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle da Companhia, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

**Artigo 27** - Qualquer Acionista Adquirente (conforme definição abaixo), que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BM&FBOVESPA e os termos deste Capítulo.

§1º O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA (“Preço da OPA”) deverá ser o preço justo, entendido como sendo ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários ou com base em outro critério aceito pela CVM, assegurada a revisão do valor da oferta na forma do §3º deste artigo.

§2º A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361 de 05/03/02:

- (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA;
- (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;
- (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361/02, ressalvado o disposto no §4º abaixo;
- (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia; e;
- (vi) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e/ou Acionista Controlador e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02.

§3º Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% das Ações em Circulação no mercado, poderão requerer aos administradores da companhia que convoquem assembleia especial dos acionistas titulares das Ações em Circulação no

mercado para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do Preço da OPA, cujo laudo deverá ser preparado nos mesmos moldes do laudo de avaliação referido no item (vi) do §2º deste artigo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76 e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nos termos deste Capítulo.

§4º Caso a assembleia especial referida no §3º acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da OPA, poderá o Acionista Adquirente dela desistir, obrigando-se neste caso, a observar, no que couber, o procedimento previsto nos artigos 23 e 24 da Instrução CVM 361/02, e a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da data da mesma assembleia especial.

§5º Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

§6º A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, efetivar uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

§7º O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

§8º Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei n.º 6.404/76.

§9º Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de emissão da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo de 60 dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos de sócio sobre ações em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA para aquisição da totalidade das ações da Companhia, nos termos descritos neste artigo.

§10 As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei n.º 6.404/76, e nos Artigos 24 a 26 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes deste artigo.

§11 O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% do total das ações de sua emissão, em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; ou (iii) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos do item (vi) do §2º do Artigo 27 deste Estatuto Social.

§12 Para fins do cálculo do percentual de 20% do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

§13 O disposto neste artigo não se aplica aos atuais acionistas que já sejam titulares de 20% ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores, inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores na data de aprovação deste Estatuto Social, isto é, em 17.06.2005 de 2005, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, aplicando-se exclusivamente àqueles investidores que adquirirem ações e se tornarem acionistas da Companhia após a obtenção do seu registro de companhia aberta junto à CVM e o início da negociação das ações da Companhia na BM&FBOVESPA.

§14 Para fins deste Estatuto Social, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” tem o significado que lhe é atribuído no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Adquirente e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se, dentre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por tal Acionista Adquirente, (ii) que controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Adquirente, (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Adquirente, (iv) na qual o controlador de tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social, (v) na qual tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social, ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% do capital social do Acionista Adquirente.

“Adquirente” significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere as Ações de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia.

**Artigo 28** A Companhia não registrará:

- (i) transferências de ações para os adquirentes do poder de controle ou para aquele(s) que vier(em) a deter o poder de controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento do Novo Mercado; e
- (ii) nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores referidos no item (i) acima.

**Artigo 29** - Em caso de cancelamento de registro de companhia aberta, deverá ser efetivada oferta pública pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, tendo como preço mínimo a ser ofertado, o correspondente ao valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado de acordo com os critérios elencados no artigo 8º da Instrução

CVM nº 361/02 por instituição que atenda aos requisitos do item (vi), parágrafo segundo do Artigo 27 deste Estatuto Social, e com o disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

§1º Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

§2º A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o Artigo 29 não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante nos termos do parágrafo acima.

§3º Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

**Artigo 30** - A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada previamente em assembleia geral da Companhia e será comunicada à BM&FBOVESPA por escrito com antecedência mínima prévia de 30 (trinta) dias.

**Artigo 31** - Caso seja deliberada a saída do Novo Mercado, o Acionista Controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico das ações, apurado em laudo de avaliação elaborado de acordo com os critérios elencados no artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02, por instituição que atenda aos requisitos do item (vi), parágrafo segundo do Artigo 27 deste Estatuto Social, na hipótese de: (i) a saída do Novo Mercado ocorrer para que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam registrados para negociação fora do Novo Mercado; e (ii) aprovação, pela Assembleia Geral, de operação de reorganização societária da qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, observadas, em ambos os casos, as condições previstas na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

**Artigo 32** - Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

§1º A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§2º Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

**Artigo 33** - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 8º, “ii” e §1º deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§2º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§4º Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

**Artigo 34** - Os casos omissos no presente Estatuto Social com relação à matéria tratada neste Capítulo VI serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76, das normas editadas pela CVM e do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

## CAPÍTULO VII

### DA LIQUIDAÇÃO

**Artigo 35** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

## CAPÍTULO VIII

### DA ARBITRAGEM

**Artigo 36** - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Regulamento do Novo Mercado, no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Sanções, neste Estatuto Social, bem como das disposições da Lei n.º 6.404/76, das normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, ou delas decorrentes ou a elas relacionadas, bem como as constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida na Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

## CAPÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 37** - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei n.º 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos e ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados contra tais acordos.